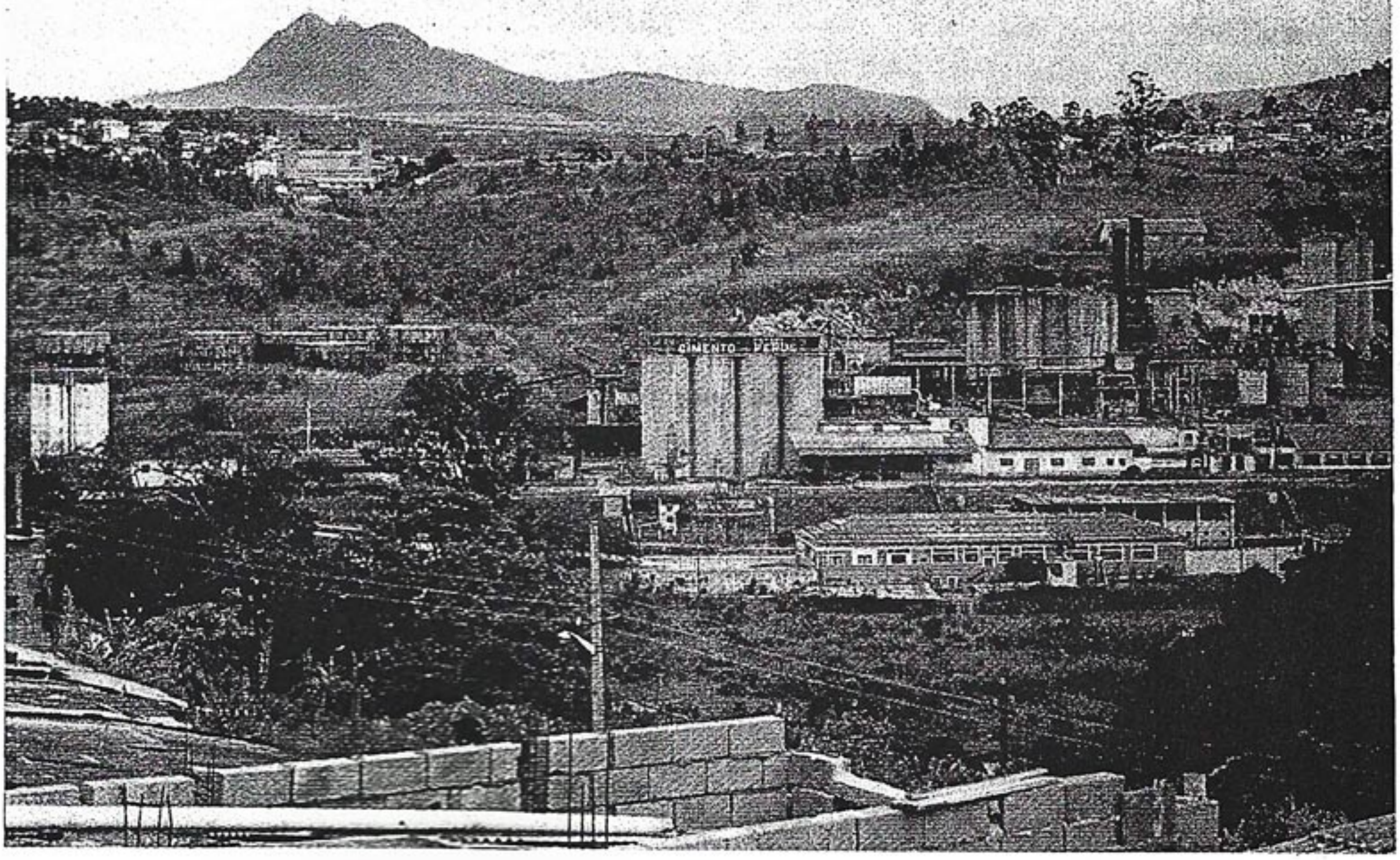
Cimento Perus

40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal



Coleção Cadernos para Mudar – 2

Organizador: Mário Carvalho de Jesus

Publicação: *JMJ Consultoria e Promoções*
Coordenação editorial: *Mário Carvalho de Jesus*
Edição: *Fabio Humberg*
Capa: *José Luiz Oliveira de Jesus*
Projeto gráfico e composição: *JMJ Consultoria e Promoções*
Fotolitos: *Exitus Gráfica e Fotolitografia*
Impressão: *Cartgraf*
1ª tiragem 5.000 exemplares – junho/92

Direitos reservados
Reprodução permitida para fins não comerciais,
desde que citada a fonte.

JMJ CONSULTORIA E PROMOÇÕES
Av. Nove de Julho, 5855 1º andar CEP 01407 São Paulo-SP
fone (011) 853-4355 fax (011) 853-4230

Coleção Cadernos para Mudar

Os seguintes fatos me levaram a assumir a coordenação da Coleção Cadernos para Mudar, em 1991, lançando o Caderno 1, sobre Arbitragem:

1º – Alguns trabalhadores que participam de maneira decidida, à frente deles João Breno Pinto, me estimularam: "é preciso escrever tudo isso, para não cair no esquecimento. **Estamos usando uma arma nova para uma velha luta**."

2º – Também fui incentivado por alguns advogados patronais que não se aferraram à frieza da lei para negar direitos novos. Um deles, o advogado da Melhoramentos, Anchieta Faleiros, me disse: "Vamos regulamentar o cochilo?" (esta matéria será objeto de um próximo caderno). Outro advogado, assessor da Cica e da Argus, em Jundiaí, que depois ingressou na magistratura, Dr. Walter Campaz, contrariado com a demora das mesas-redondas (reuniões semanais) dentro da empresa entre o Sindicato e o empregador, exclamava, perguntando: "Como é que você, Mário, tem saco para agüentar essas reuniões?"

3º – A divulgação, em 1991, do livro *Relentless Persistence*, que reuniu testemunhos de luta não-violenta na América Latina. O editor, Philip McManus, gostou da expressão Firmeza-Permanente em lugar de não-violência e deu aquele título ao livro.

4º – A garra demonstrada ao longos dos anos, sem violência à pessoa ou à coisa, sensibilizou a maioria dos juízes da Justiça do Trabalho, a ponto de criarem, a nosso pedido, a multa diária de 3,3% por dia de atraso do salário, em 1967. (Código Civil – artigo 920)

5º – Reconheço, como cristão, que a nossa religião foi, ao longo dos séculos, o ópio do povo. Leão XIII, há mais de cem anos, levantou o brado; os fiéis sabem repetir a doutrina, mas não sabem como se engajar. Devemos ter a humildade de reconhecer que o método recriado por Gandhi é passível de ser utilizado em qualquer regime político ou religião, porque respeita o adversário, permitindo uma saída com dignidade (nem que seja pequena) para o opositor.

6º – Relembro que, há 20 anos, fui chamado para dar uma palavrinha aos bispos do Brasil, reunidos na capital brasileira. Tinha cinco minutos; o bispo que me antecedeu dissertou sobre a parábola do Bom Pastor ("o bom pastor dá a vida por suas ovelhas"), permitindo que eu começasse com a seguinte pergunta: "Há quanto tempo não se vê um pastor dar a vida por suas ovelhas no Brasil?" Fiz uma pausa e perguntei: "Um leigo pode também ser pastor?" Repeti a pausa e prossegui: "Dar a vida é o martírio que pode ser representado pelo décimo degrau de uma escada. A educação religiosa que recebemos – os senhores no seminário e nós nas paróquias – não permite levar a sério a palavra do Bom Pastor. A prudência é sempre a palavra usada para encobrir a omissão. Os cristãos, diante do fato concreto, costumamos subir um ou dois degraus, porque prosseguir pode ser perigoso, quando não "ilegal". No entanto, a experiência nos mostra que, se subíssemos mais dois ou três degraus, a questão seria resolvida".

7º – Não pertenço a nenhum partido político. Sempre preferi ficar distante para poder me aproximar, sem embaraço, dos dirigentes sindicais de todas as correntes, bem como de todos homens públicos, seriamente empenhados na busca do bem comum, com dignidade.
O meu propósito é assessorar.

8º – Tenho um compromisso de escrever um livro para a Coleção "O Rosto da Igreja", da Loyola, onde espero narrar algumas omissões, mas também testemunhos muito firmes de sacerdotes, pastores, evangélicos, espíritas, bispos e cardeais, e de leigos que trabalham na base.

Arbitragem nos conflitos trabalhistas (Caderno 1)

Destaco três tópicos da introdução ao primeiro caderno desta coleção, intitulado *Arbitragem nos conflitos trabalhistas*:

1º – "O que vocês vão fazer pela classe operária no Brasil?"
Essa era a pergunta feita na assembléia dos companheiros metalúrgicos (mais de cem) da Comunidade de Boimondau, na França, em 1948, a três jovens advogados – Nelson Abrão, Vicente Marotta Rangel e eu – ao final do estágio de quatro semanas como aprendizes remunerados, em jornadas de dez horas de trabalho na fábrica. Foi Lebret, fundador de Economia e Humanismo, que nos conseguiu o estágio para conhecermos as linhas gerais da transformação da estrutura da empresa.

2º – Foi na França que aprendi a distinção entre o "ter" e o "ser". Nosso sindicalismo ainda permanece, com raras exceções, empunhando a bandeira do "ter", que tem, é claro, fundamental importância na arrancada reivindicatória. No fundo, os empregadores em geral estão de acordo em ficar no plano do "ter".

Em 1961, João XXIII, na comemoração do 70º aniversário da *Rerum Novarum*, explicitou aquela distinção ("ter" e "ser"), ao tratar da empresa, da seguinte forma:
"A observância da justiça não é necessária só na distribuição das riquezas produzidas pelo trabalho (o "ter"), mas deve estender-se, igualmente, às condições em que se desenvolve a produção. É uma exigência da natureza humana que aquele que produz possa participar da organização da produção e possa encontrar no próprio trabalho um meio de aperfeiçoamento pessoal (o "ser")."

3º – A busca do entendimento nas relações trabalhistas por meio da mediação e da arbitragem, do diálogo direto, é um passo nessa caminhada. Os profissionais de recursos humanos têm também um importante papel nessa busca. **Com vagar as partes crescerão e poderão dispensar a arbitragem.** Verão que todos ganharão jogando limpo, tendo a certeza de que o balanço exprime realmente a vida da empresa. Só então os trabalhadores entrarão na luta contra a pesada carga tributária.

Proposta para o próximo século

Seguindo os passos daqueles que, em todo o mundo, estão empenhados em mudar a estrutura da empresa, mesmo não sendo cristãos, aderimos há mais de 40 anos aos princípios da autogestão e da co-gestão, em que todos participam, em vários graus, da vida da empresa. Rejeitamos o estatismo marcado por corrupção e privilégios e o capitalismo selvagem. Citamos o autor não-cristão defensor da co-gestão, o juiz e professor Antônio Álvares da Silva, cujo livro *Co-gestão no Estabelecimento e na Empresa*, com 280 páginas, acaba de ser editado pela LTr. Ele viveu a experiência alemã por 3 anos.

O problema não está em a empresa ser pública ou privada, mas sim na estrutura, no funcionamento, na organização dos homens que nela atuam, considerando o "ter" e o "ser".

Mário Carvalho de Jesus

Maio de 1992 – Da esquerda para a direita:
1. Cláudio Soares de Azevedo, com o berrante usado diante do Palácio dos Bandeirantes na greve de 1986. Nos intervalos, os "queixadas" exclamavam: "Acorda Montoro".
2. Sidnei Fernandes Cruz, filho de antigo dirigente sindical, atual presidente do Sindicato, com poster de 1975. Na ocasião o Sindicato estava sob intervenção e os trabalhadores receberam o salário de 2.448 dias da greve, eclodida em 1962, à luz de velas, .
3. João Breno Pinto, presidente do Sindicato durante toda a greve, continuando nas funções ainda durante a intervenção, embora sem sede, com o poster de Gandhi, o homem que mudou seu comportamento.
4. Mário Carvalho de Jesus, empunhando um cálice de missa ganho na greve-guerra de 1962, ocasião em que o doador, padre Celso Ibson de Sillos, disse: "Vendam para matar a fome dos operários". Mas os "queixadas" decidiram conservar o cálice como símbolo de sua esperança.

Índice

Introdução 9

Parte 1 – A história da Perus
Síntese dos principais fatos 15

Atualidades 19

A descoberta da não-violência 21

Vinte e dois anos de luta sindical na Perus 25

Notas 68

A última greve, em 1986, e o fechamento da fábrica 74

Parte 2 – A transformação da Perus
Projeto cultural para a Fábrica de Cimento Perus 85

Por que construir um centro cultural em Perus 88

A palavra do Cardeal Arns 90

Anexos
O que é a não-violência – na palavra de
Alceu Amoroso Lima 93
Domingos Barbé 94
Giuliano Pontara 96
Jean e Hildegard Goss 97
Jean-Marie Muller 99
João Breno Pinto 21
Mahatma Gandhi 101
Mário Carvalho de Jesus 103
Martin Luther King 108
Os "Queixadas" 109

Bibliografia básica 110

Quem são os autores 111

Introdução

Mário Carvalho de Jesus

*"Mas causar discórdia que elimine a má concórdia, isto é, a fundada na vontade má, é louvável. E deste modo, foi louvável que Paulo tivesse provocado dissensão entre os que eram concordes no mal, pois também o Senhor disse: não vim trazer a paz, mas a espada".**
S.Tomás de Aquino in A primazia do Trabalho sobre o capital – *edição da Frente Nacional do Trabalho, 1961*

Muitos ainda confundem o verdadeiro alcance da expressão "não-violência" como sendo o oposto da violência. Quando se diz "o poço não tem água" é o mesmo que dizer "poço sem água", mas luta não-violenta não é a mesma coisa que luta sem violência (ver os conceitos de não-violência de Jean-Marie Muller e outros, no Anexo "O que é a não-violência"). "Não-violência" é expressão realmente fraca, que não atrai as pessoas, porque elas julgam que a posição recomendada é a da passividade – "não adianta a gente querer mudar... fazer o quê?..." Muitas seitas aproveitam essa tendência do nosso povo para anunciar a palavra evangélica sem falar da justiça ou injustiça. Foi por isso que, depois de 10 anos de uso da expressão "não-violência", passamos a denominar esse comportamento de "Firmeza-Permanente", acrescentando: "o importante não é ser violento de vez em quando, mas sim firme o tempo todo na busca da justiça, capaz de libertar o homem todo e todos os homens". Em alguns países a expressão usada é "violência dos pacíficos", mais ao gosto da natural agressividade de toda pessoa, seja mulher, homem, criança ou idoso. Sintetizamos a atitude, a prática, o exercício da não-violência, em duas frases: "aperta mas não mata; filho da p... mas irmão". É a versão atualizada do grande convertido Sto. Agostinho: "Odiai o pecado, o erro, mas amai o pecador". Sabemos que é difícil perdoar o fraudador, mas também descobrimos, ao longo de 40 anos, que respeitar é uma forma de amor.

É claro que o exercício da não-violência admite vários graus, variando de 1 a 10. É fácil atribuir a nota 10 aos verdadeiros seguidores da parábola do Bom Pastor: São Francisco de Assis, Gandhi, Luther King,

* Discórdia para nós abrange greves, passeatas, jejuns públicos, abaixo-assinados, enfim, tudo o que sensibilize a consciência do opressor. Má concórdia são, por exemplo, salários baixos e condições de trabalho sem dignidade.

e uma multidão de anônimos que dão o testemunho diário na busca da justiça não só para si, mas para o grupo todo a que pertencem.

Confesso, diante dos "Queixadas" e diante de Deus, que em alguns confrontos ou episódios alcançamos a nota 5, no que fomos acompanhados, conscientemente por uns poucos (talvez 10%) e inconscientemente pelo restante, quase por força de uma mística. Isso revela a necessidade pedagógica de trocar em miúdos, para que todas as ações sejam feitas com todos os participantes e não como resultado da decisão de uns poucos. Isso leva tempo e exige paciência, multa paciência ou Firmeza-Permanente.

Ao relatar a longa caminhada na Cimento Perus, o primeiro objetivo é mostrar a eficácia do método da não-violência. O leitor verá que em nosso trabalho, iniciado na **Perus** em 1954, após 3 anos como advogado dos metalúrgicos de São Paulo, atrás de uma aparente derrota ou fracasso se finca uma estaca para o prosseguimento do trabalho. Em 1986, após o confisco sofrido, o Grupo Abdalla, que reassumira o comando da **Perus** em 81, voltou a praticar as mesmas artimanhas do ex-deputado federal J.J.Abdalla, que comandava mais de 30 empresas em vários estados do país.

Em 86, repito, tivemos a última greve na Fábrica de Cimento Perus, nos subúrbios de São Paulo. A greve foi atitude correta diante da falta de cumprimento da promessa de equiparar o salário dos "Queixadas" ao dos companheiros da Votoran, na moagem do Jaguaré, também no subúrbio de São Paulo. A greve, deflagrada no último dia de outubro de 86, no ponto de vista da direção da **Perus**, seria a oportunidade para acabar com os "Queixadas", o que já foi por nós denunciado no caderno *A Máfia do Cimento*.

A fábrica funcionou até março de 87, com capacidade reduzida, até a paralisação definitiva, também em virtude das manobras do Cartel do Cimento. Este segundo volume da coleção Cadernos para Mudar dará os pormenores de nossa luta nestes 40 anos de resistência.

E parecia, já faz mais de cinco anos, que estava tudo perdido...

Mas lentamente, num trabalho de formiga, os velhos "Queixadas", hoje reunidos na Associação dos Aposentados de Perus, com sede no próprio Sindicato – que foi construído pelos operários, sem financiamento, a partir de 1958 –, foram se mexendo, se articulando e sensibilizando os vários setores da sociedade; conseguiram, assim, o tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, pelo Condephaat, em 1987, buscando comprometer os proprietários da **Perus** na conservação do rico acervo daquela linha férrea de bitola estreita, que liga as pedreiras no município de Cajamar à fábrica **Perus**. O simples ato de tombamento pelo Governo Estadual não conseguiu impedir que

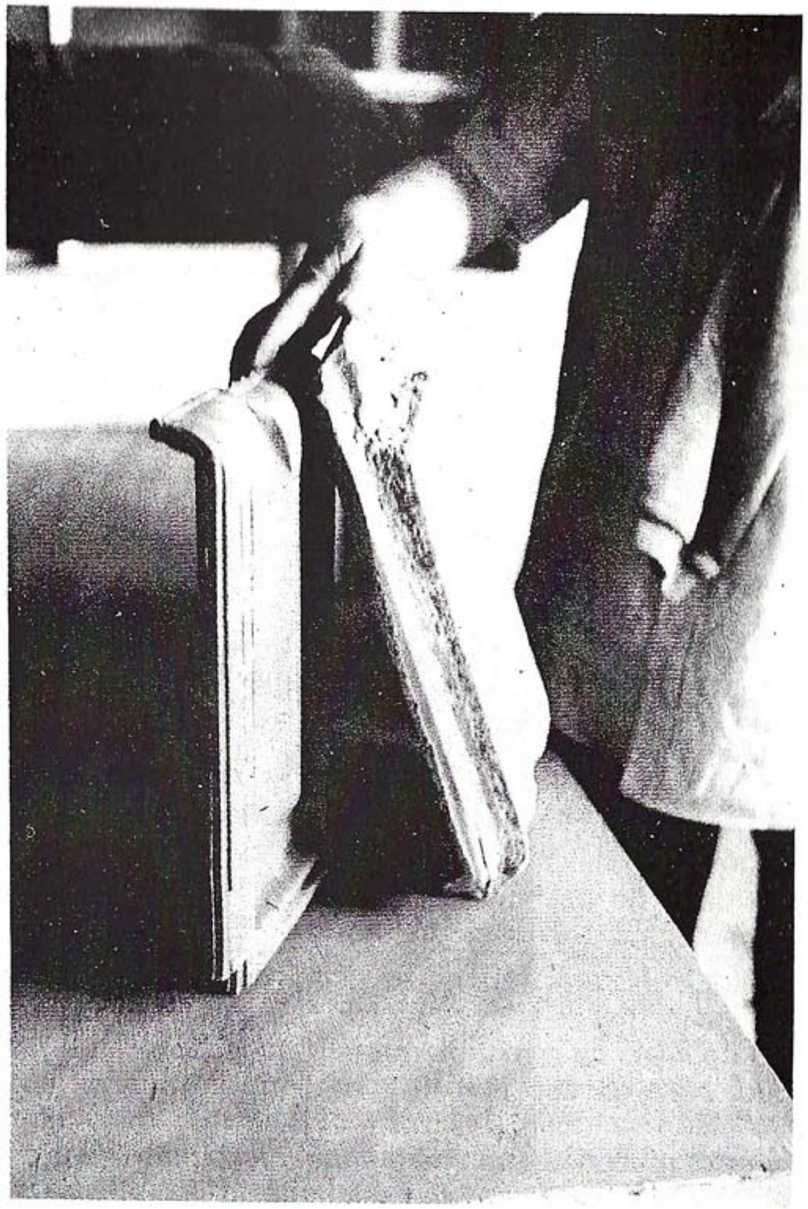
a direção da **Perus** ajuizasse e executasse numerosas ações de despejo contra as famílias dos antigos trabalhadores. Em Cajamar o prefeito Aristides Ribas, em 1983, enfrentou o Grupo Abdalla, declarando de utilidade pública 294 moradias de trabalhadores, ameaçados de despejo e subseqüente demolição das casas. Numa segunda etapa, diante da ameaça de novos despejos em Perus, procuramos a prefeita Luiza Erundina, em setembro de 1991. Ela já participara conosco, quando vereadora à Câmara Municipal de São Paulo, em 1984, da campanha "Cimento Barato para sair do Barraco".

As condições da prefeita Erundina para desapropriar a **Perus**

Fomos pedir-lhe não apenas o tombamento da Fábrica de Cimento Perus, trabalho já iniciado pela professora Marilena Chauí, secretária de Cultura do município, e que tem sempre acompanhado nossa caminhada em Perus. Desse encontro em setembro de 91, no gabinete da prefeita, com a presença da professora Marilena Chauí, D.Angélico, bispo da região oeste de São Paulo, e mais de 40 companheiros, trouxemos, após longa troca de idéias, a palavra da prefeita: "acolho as reivindicações de vocês, mas tenho duas condições: a falta de verbas e a necessidade de um ato político que justifique a participação da Administração Municipal nesse projeto."

Como o leitor verificará, ambas as condições foram e estão sendo atendidas nesses meses subseqüentes. Hoje, 14 de maio de 1992, 30º aniversário do início da greve de quase 7 anos (2.448 dias), podemos afirmar que, para os que têm fé e confiam em que as autoridades municipais estão empenhadas na realização do bem-comum, com prioridade para a educação, cultura e meio ambiente, iremos alcançar o objetivo, estando às vésperas da assinatura do Decreto de Declaração de Utilidade Pública de uma área de 23 alqueires e 16.770 m^2 de área construída, além das vilas operárias com mais de cem casas, e mais de vinte milhões de pés de eucalipto ao lado do Parque Anhangüera, de propriedade comum do Estado e do Município de São Paulo.

Você, leitor, é chamado a participar da realização deste projeto, junto ao seu grupo ou comunidade, tendo presente a recomendação de Gandhi, na década de 40: "A Defesa pela Não-Violência não conhece nem aceita a derrota em nenhuma fase. Portanto, uma nação ou grupo que faz da não-violência o instrumento de sua ação não pode ser submetido à escravidão nem mesmo pela bomba atômica".



O pó de cimento atirado pelas chaminés da Perus espalhava-se por uma área de vários quilômetros, prejudicando a vegetação e principalmente os pulmões dos trabalhadores.
A foto mostra duas telhas: a primeira é nova e pesa 2,75 kg; a segunda pesa o dobro, por causa do pó de cimento acumulado.

Parte 1
A história da Perus

Síntese dos principais fatos, em ordem cronológica, a partir de 1914

1914 – Criação da Cia.Industrial e de Estrada de Ferro Perus-Pirapora, para o transporte dos romeiros e da cal extraída em Cajamar. Tombada pelo Governo Estadual, em 1987, a ferrovia sofre crescente descaracterização por falta de conservação.

1924 – Criação da Cia.Brasileira de Cimento Portland S.A por grupo canadense.

1950 – J.J.Abdalla, conhecido como "mau patrão", se aproxima do interventor Adhemar de Barros, é nomeado secretário do Trabalho (sic !). Daí para assumir o controle da **Perus** foi um passo.

1954 – Começa uma assessoria sindical diferente, baseada na "Não-Violência-Ativa", que hoje se chama "Firmeza-Permanente".

1958 – A greve de 46 e o bem comum: aceitavam menos de reajuste salarial, se o preço do cimento baixasse.

1962 – Greve ou Guerra? Quatro sindicatos – Alimentação de Pirajuí, Têxteis de Jundiaí, Papel e Papelão de São Paulo e os "Queixadas" de Perus –, totalizando 3.500 trabalhadores, apresentando reivindicações comuns, não atendidas, motivaram a greve declarada em 14 de maio de 1962.

1969 – Reintegração dos 501 empregados estáveis, com direito a receber os salários dos 7 anos de greve.

1973 – O Confisco – Abdalla, que não costuma pagar salário para quem trabalha, pretendeu durante 4 anos cozinhar a Justiça Trabalhista em água fria. As sucessivas denúncias do Sindicato publicadas nos jornais levantaram a opinião pública contra o Grupo Abdalla, que oferecia para penhora bens imóveis já penhorados para a Fazenda Nacional 28 vezes. Cresce, por outro lado, o clamor popular contra a poluição em Perus, aumentando a vulnerabilidade do Grupo.

O corajoso juiz da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, Amauri Mascaro Nascimento, determina em 1973 a intervenção na fábrica para garantir o pagamento dos 7 anos de greve. Dois dias após, o Governo Federal, orientado pelo ministro Alfredo Buzaid, que nunca escondeu a simpatia por Abdalla (temos provas disso), determinou o confisco parcial dos bens da **Perus**, alcançando apenas a fábrica de cimento em Perus. Assim, a União, para fabricar cimento, comprava pedra de Abdalla...

1974 – Corrigindo o Confisco – O Sindicato dos "Queixadas", com o apoio de parlamentares e da imprensa, denunciou o confisco que favorecia Abdalla, levando o Governo Federal a rever completamente o confisco parcial, alcançando agora todos os bens da **Perus** – mais de 4.000 alqueires de terra e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Naturalmente, pretendendo fazer barretada ao Grupo Abdalla, o ministro Buzaid conseguiu intervir no Sindicato e enquadrar seu advogado na Lei de Segurança Nacional. Outros bens e outras organizações foram também confiscados. A intervenção foi até 1977.

1975 – O governo federal pagou os salários do tempo da greve – 2.448 dias –, mas não conseguiu controlar a poluição.

1981 – O Grupo Abdalla – segunda geração – reassume o controle da **Perus**. A campanha em Perus, sintetizada na frase "O pó de cimento esmaga a vida", com cartazes pregados nas portas das casas, e uma passeata que contou com ampla cobertura do *Jornal do Brasil*, e de *O Estado de São Paulo*, levou a União a colocar, sob pressão envolvente do cartel do cimento, 10% da área confiscada em concorrência pública. A área representava a fábrica e as pedreiras, a parte principal do acervo. A avaliação oficial expressava um preço justo, mas o cartel decidiu que nenhuma empresa cimenteira devia apresentar proposta, para

forçar a baixa do preço da avaliação. O Grupo Abdalla associa-se ao Grupo Sérgio Stephano Chohfi (há relação de parentesco entre eles), formando o Consórcio Chohfi-Abdalla, que aceita a estimativa do Governo Federal e consegue recuperar para os herdeiros de Abdalla a **Perus**, facilitando ainda o pagamento em 5 anos (até hoje o consórcio não liquidou a dívida, pesando assim um gravame sobre a área).

1983 – As características do "Mau Patrão" regem a administração das pedreiras e da fábrica durante 2 anos, levando a pedra calcária para fabricar o cimento em Perus (20 km aproximadamente), pela via férrea particular Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

Decidiu a administração da **Perus** encerrar as atividades nas pedreiras e passou a comprar o clinquer (pedra calcinada) na fábrica de Cimento Santa Rita, e pretendeu despejar os moradores de 294 casas em Cajamar. Chegou mesmo a alcançar o seu objetivo, inicialmente, para em seguida destruir as casas, conforme relatado no opúsculo *Os Queixadas de Perus Resistem às Artimanhas do Grupo Abdalla*, edição Loyola. A declaração de utilidade pública das 294 casas pelo prefeito de Cajamar, Professor Aristides Ribas, impediu que o Grupo Chohfi-Abdalla consumasse o pretendido esmagamento dos "Queixadas". Até 1992 os antigos empregados ocupam as casas da **Perus**. Existe promessa de que a Prefeitura dará terra e material para a construção de novas casas – 294 unidades.

1984 – A Cimento Santa Rita suspende o fornecimento de clinquer. Em junho de 84 a moagem em Perus foi interrompida por falta do clinquer da Cimento Santa Rita, uma multinacional que na época passava para o controle do Grupo Votorantim. A alegação justificadora do corte do clinquer era de que "Abdalla não paga as duplicatas". O Sindicato dos "Queixadas" saiu em passeata e conseguiu do Governo Montoro a intervenção do Banespa nas compras do clinquer, nomeando um representante seu para controlar a entrada de clinquer e a saída de cimento, porque era costume antigo a fábrica vender cimento sem nota fiscal. Esta operação demorou 6 meses para ser bem-sucedida, estando os fatos relatados no opúsculo de 62 folhas sob o título *A Máfia do Cimento*, edição Loyola. A **Perus** só voltou a moer o clinquer graças às pressões, denúncias e colaboração do Sindicato, em dezembro de 86, depois de quase 6 meses de paralisação.

1986 – Fechamento definitivo da **Perus**.

1987 – O Governo Estadual, na gestão Montoro tomba a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, conforme Resolução nº 5 do Condephaat, de 1987, mas o Grupo Chohfi-Abdalla não está interessado em manter o precioso acervo tombado, antes procura descaracterizá-lo fundamente, como pode ser comprovado pelo vídeo realizado pela Secretaria Municipal de Cultura.

A memória da **Perus** é o que resta para ser preservado, e está sendo levantada em meticuloso trabalho de vários técnicos municipais, tendo à frente a diretora do Departamento do Patrimônio Histórico, Déa Fenelon, e a arquiteta Leila, que poderão ilustrar os membros da Comissão determinada pela sra. prefeita Luiza Erundina.

Atualidades, de outubro de 1991 ao presente momento

Aproximando-se o término da gestão da prefeita Luiza Erundina, nada mais significativo que oficializar o tombamento da fábrica de cimento Perus e a imediata criação do Perus – Centro de Cultura Operária Municipal.

O próprio Governo Estadual já efetivou o tombamento de todo o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, mediante a Resolução nº 5 do Condephaat, órgão da Secretaria Estadual da Cultura, em 19 de janeiro de 1987: "fica tombado, como bem cultural de interesse histórico, o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, incluindo material rodante e instalações (linhas férreas, oficinas e equipamentos de apoio, bem como outras instalações), o último remanescente em nosso país de um conjunto completo de ferrovia em bitola estreita, testemunho dinâmico nos dias de hoje do desenvolvimento industrial e suas conseqüências em nosso Estado". Construída em 1914, pelos ingleses, com vinte e cinco quilômetros de extensão, foi projetada para o transporte de romeiros até Bom Jesus de Pirapora. Adquirida, em 1925, pelos canadenses que instalaram a Cimento Portland Perus, e vendida ao Grupo Abdalla em 1951.

A boa nova – 40 alqueires a crédito da Prefeitura

Mais recentemente, em 16 de setembro de 1991, foi comunicada à prefeita a boa notícia assegurada pelo administrador do Patrimônio da União em São Paulo de que, "em 1979, na administração Setúbal, a Municipalidade comprou uma área confiscada, pagando o preço de um valor estimativo na época", chegando-se à conclusão, mais de 10 anos após, que a municipalidade de São Paulo tem direito à devolução equivalente ao valor de 40 alqueires de terras em Perus. Com os trabalhos em andamento, a cargo da Secretaria da Cultura do Município, para estudo e tombamento das instalações, desativadas desde 1987, da Fábrica de Cimento Perus, completa-se o panorama favorável a tão significativa decisão, para a qual concorrem, decisivamente, a coragem pessoal e a vontade política de Luiza Erundina, que, como vereadora à Câmara Municipal de São Paulo, já participara de todas as lutas em que se envolveram os operários da **Perus**.

Possibilidades em 1991

Apoiados na longa história de uma resistência pacífica, mas firme, à dominação do capital, lutamos hoje pela instalação do Perus – Centro de Cultura Operária, para perpetuar o sacrifício e as conquistas de toda uma geração de trabalhadores, definindo um ponto de referência cultural-libertária na outrora esbranquiçada paisagem de Perus, submetida por longo tempo ao arbítrio e à injustiça.

Também no âmbito da Lei Orgânica do Município, aprovada em 4 de abril de 1990, é expressamente garantido "a todos o exercício do direito cultural e o acesso à fonte de cultura..." (art. 191), adotando o Município "as medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico e cultural, bem como as paisagens naturais e construídas..." (art. 192). Diz ainda a L.O.M. que "o município estimulará, na forma da lei, os empreendimentos privados que se voltem à criação artística, à preservação e restauração do patrimônio cultural e histórico", concedendo ainda "na forma da lei, incentivos e isenções fiscais aos proprietários..." (art.196).

Acessível a todo cidadão ou pessoa jurídica, o pedido de preservação de bens culturais localizados no Municípo de São Paulo, nos termos das leis nº 10.032/85 e nº 10.236/86, pode o Sindicato dos Trabalhadores de Perus, associado a outras entidades, formalizar, desde já, tal solicitação junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo, acompanhada da competente justificativa.

Inúmeras são as possibilidades de utilização do imóvel, entre as quais destacamos a instalação de um Centro de Cultura Operária capaz de atender os moradores de vasta área em suas dependências consagradas às artes e à memória histórica.

Assim, museus da memória da fábrica, do trabalhador e da estrada de ferro poderiam conviver com espaços para a manifestação popular, a capacitação sindical e profissional, a promoção da mulher e do idoso e a formação da juventude.

Também o Centro de Recreação e Esportes pode significar inúmeras opções de lazer e saúde à população de toda a região, compreendida que está nas vizinhanças do Parque Anhangüera, representando ainda considerável reforço à preservação ambiental para uma população de longa data submetida à excessiva poluição industrial.

A descoberta da não-violência *

João Breno Pinto

Durante 12 anos os operários da fábrica de cimento **Perus**, em São Paulo, lutaram para que justiça lhes fosse feita. Eles aplicaram os princípios da não-violência-ativa.

A não-violência-ativa não respeita em primeiro lugar a legalidade, mas sim a verdade e a justiça.

Quando a greve começou, em 1962, não existia uma lei de greve. Nós estávamos na ilegalidade. As condições de trabalho e o salário eram problemas muito graves. Nosso grupo já tinha enfrentado o patrão Abdalla outras vezes, de sorte que estávamos mais ou menos preparados.

Em situação de fraqueza, a não-violência-ativa é mais eficaz do que a violência.

A **Perus** é uma fábrica de cimento, e o serviço é bruto. Por isso, o trabalhador de lá, no fundo, é um homem agressivo. Aquele grupo menor tinha consciência de que alimentar a violência era facílimo, mas a gente sabia que não ia dar em nada, porque íamos encontrar uma violência mais organizada das forças de repressão. Os companheiros ficavam até revoltados por a gente não deixar que eles dessem o troco aos policiais e aos traidores. Mas hoje, depois de terminado, nas conversas, a turma reconhece que, embora não entendesse com profundidade a não-violência, o caminho que foram convidados a seguir foi o melhor, porque, senão, não teriam alcançado esse resultado final.

O violento tenta provocar o não-violento para que ele abandone sua arma principal: o uso da não-violência-ativa.

Até a repressão foi entendendo que nós não estávamos entrando no jogo que eles esperavam. Por exemplo: um dia, no furo da greve, um operário que estava no nosso grupo atirou uma pedra no pára-brisa do carro do delegado do Deops que acompanhava um caminhão de fura-greves. Claro que houve pancadaria, embora sem reação do grupo grevista e muito menos do companheiro que atirou a pedra. No outro

* *Publicado originalmente em 1977 no livro* A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente, *co-edição Loyola-Vega (2 edições).*

dia, este companheiro estava trabalhando na fábrica, em perfeito entrosamento com o delegado e com o chefe da seção. Isso provou que era um esquema que a repressão havia montado, usando aquele operário para provocar um ato de violência, desencadeando um processo violento pelo qual eles teriam certeza de ganhar.

Hoje ou às vezes fico relutante em aceitar a não-violência apenas como tática. Mas quando eu comecei, foi uma tática. A gente já vinha fazendo um trabalho junto à base para não entrar no campo que os homens queriam, que era o da pancadaria e do quebra-quebra. Estávamos compenetrados que não agüentaríamos o tranco.

Não-Violência é atitude de homem.

No meio desse trabalho meramente tático apareceram Hildegard e Jean Goss, em 1967*. Andaram por ali, pesquisaram à moda deles e depois fizeram uma reunião conosco, com o grupo de proa, dizendo que nós estávamos fazendo não-violência. Eu pessoalmente fiquei nervoso, não querendo aceitar, porque achava que não-violência era sinônimo de peleguismo e que não era atitude de homem. Aceitava agora, mas depois ia dar o troco aos policiais e traidores.

Mas, no desenrolar do trabalho, fomos forçados a procurar Gandhi, e começamos a usar slogans. A gente quis virar a mesa, mas para isso tínhamos que refletir, e víamos que era um passo para trás, e que aí é que não era uma atitude de homem.

Greve de fome não é greve de protesto, mas ato de humildade.

Por exemplo, dentro de uma série de atitudes não-violentas que a gente teve que tomar, a assembléia decidiu que devíamos, como Gandhi, fazer uma greve de fome pública, no largo de uma praça de São Paulo, com o objetivo de mobilizar a opinião pública, porque o troço era muito demorado e todo o mundo ia esquecendo da greve da **Perus**. Nessa greve de fome a gente sentiu que não era uma greve de protesto, mas uma ato de humildade. Para atingir o objetivo de mobilizar a opinião pública, fomos forçados a uma parada do ativismo. Tinha que estar ali deitado ou sentado na praça, sem comer. E, apesar do burburinho do povo, isso forçou a uma meditação conosco mesmo, refletindo as discussões e as conversas que saíam do pessoal que vinha (curiosos, gente de outras religiões, cada um aproveitando à sua maneira). Terminada a greve de fome, eu estava totalmente convencido de que o caminho era aquele; que a não-violência não era simples tática, mas

** É um casal que, há mais de vinte anos, percorre vários países levando a mensagem da não-violência do MIR - Movimento Internacional de Reconciliação. Ele é francês e ferroviário. Ela é austríaca e socióloga, com vários livros publicados.*

era o conteúdo do trabalho que tinha de desenvolver dali por diante. Era uma violência contra a gente mesmo, passando aos olhos de muitos como ridículo, de outros como aventureiros, e de uma parcela que achava aquilo autêntico. A gente juntou tudo isso e tiramos a nossa conclusão, de acordo com a nossa consciência, de que o caminho era esse.

O desenrolar da ação

Análise da situação.

A greve começou em 1962, com a participação de mais de 4 categorias profissionais, que integravam trabalhadores do mesmo Grupo Abdalla, e que sofriam a mesma injustiça: atraso de pagamento, condições desumanas de trabalho. Numa das categorias, os trabalhadores nem chegavam a ver o dinheiro, porque gastavam nos armazéns da empresa ou na cidade. Muitos companheiros não tinham registro em carteira. Juntamos as 4 categorias no sentido de que a união faz a força. Mais tarde fomos traídos por elas, que fizeram um acordo com o patrão, e fomos abandonados sozinhos na luta.

Montar um esquema de luta. Não basta a coragem isolada.

Essa greve só chegou a ser deflagrada depois de tentar entendimentos com o Delegado Regional do Trabalho e com a própria empresa. Como a coisa não ia para a frente, oficiamos à empresa, pedindo uma resposta concreta em 48 horas, senão íamos à medida extrema, que era a greve no dia 14 de maio, às 6 horas da manhã. No dia 14 de maio, às 3 da manhã, a empresa foi ocupada por 200 policiais. Com isso, eles anteciparam a greve, porque o pessoal achou que era uma ofensa. Os que estavam trabalhando abandonaram o trabalho, e os que estavam fora não quiseram mais voltar. Entrou então na fase da tramitação legal, na Delegacia Regional do Trabalho e em Assembléia da categoria.

No início, o poder fica sem jeito, desnorteado.

Não houve repressão, nessa fase inicial, durante 99 dias. Houve um acompanhamento pela polícia, mas sem repressão. Por incrível que pareça, até 21 de agosto havia uma certa amizade entre grevistas e policiais, que eram em número muito grande, mas que se entrosavam com os grevistas; vinham brincar de pingue-pongue na sede do Sindicato, e jogavam peteleco nas horas de folga. Em 21 de agosto, Abdalla virou a mesa. Ele era deputado pelo PSD, e esse partido controlava a mesa da Assembléia. Ele e a Conceição da Costa Neves, que era presidente da Assembléia, forjaram um esquema político, somando com alguns trabalhadores que tinham pretensões políticas,

outros que queriam subir na empresa e outros que simplesmente achavam que deviam voltar ao trabalho. Eram 10% dos trabalhadores "furões".

Depois passa a reprimir e a perseguir.

Mobilizaram todo o esquema policial existente lá, e também o de fora, porque chegaram com brucutus, naquela época uma novidade e o que tinha de mais moderno para dispersar a multidão. O bairro foi acordado às 5 horas da manhã com um desfile de viaturas de todas as espécies. Eles distribuíam volantes esclarecendo o lado da empresa, chamando os operários grevistas de vagabundos, dizendo que o Sindicato era de comunistas e ladrões, que queriam levar todo mundo à ruína, inclusive o bairro, e que as donas de casa deviam forçar seus filhos, vizinhos e maridos a voltarem ao trabalho. E com isso eles conseguiram botar a fábrica em funcionamento. Foi aí que começou a repressão e a caça a todo aquele que fosse grevista. Prendiam, batiam, processavam, enfim, todo tipo de perseguição.

A Verdade triunfa, mas depois de uma longa luta.

Em 28 de setembro de 1962 entraram com um inquérito na Justiça do Trabalho, onde acusavam os 501 grevistas empregados estáveis de terem cometido falta grave ao participarem numa greve ilegal. Com isso, demitiam todos. Na realidade eles estavam fora do prazo para entrar com esse processo, mas mesmo assim o juiz aceitou o processo. Então nós começamos a nos defender. Foi esse o processo que nós ganhamos em 1969, e que só terminou em 1974, quando recebemos o dinheiro que o patrão nos devia, com juros e correção monetária.

Da esquerda para a direita: Frei Alamiro, Adolfo Pérez Esquivel, Jean Goss e João Breno

Vinte e dois anos de luta sindical na Perus *

Mário Carvalho de Jesus

– Você é sócio do Sindicato?

– Não!

– Por quê?

– O Sindicato não presta.

– E você presta?

– Eu presto!

Por que será que todo trabalhador achando que presta, o seu Sindicato não funciona a contento?

Esse diálogo venho travando há mais de 25 anos com trabalhadores que confundem a sociedade sindical com a diretoria.

Mas também tenho descoberto homens que são capazes de dar novo vigor à vida sindical, apesar das limitações impostas pelo Ministério do Trabalho, a partir de 1930.

Em 1962, após dois meses de greve, um sacerdote, impressionado com o poder político e econômico do Grupo Abdalla, que controlava mais de trinta empresas, advertiu João Breno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da **Perus**:

– Vocês são doidos! Vocês não podem enfrentar o capitalismo.

– Uai, padre. Até parece que eu tenho mais fé do que o senhor. Nós vamos enfrentar o capitalismo até o fim.

E quando um cristão da classe média se propõe a lutar ao lado dos trabalhadores, disposto a chegar às últimas conseqüências, renunciando mesmo a bens patrimoniais, ele é incompreendido pela sua própria comunidade. Isso realmente aconteceu, quando em 1963, recebi a visita de dois casais que sabiam que eu tinha vendido automóvel, garagem e um terreno para ajudar os trabalhadores da **Perus** em greve há vários meses. Eles me disseram:

– Você não tem direito de vender seus bens; são patrimônio da sua família.

** Publicado originalmente em 1977 no livro* A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente, *co-edição Loyola-Vega (2 edições).*

– Mas o que diz o Evangelho?

– Ah! Você não pode levar tão a sério o Evangelho.

– Bem! Se vocês realmente estão preocupados com a minha família e com as famílias dos trabalhadores, eu tenho uma proposta: quantos casais formam o movimento em São Paulo?

– Mais de 300.

– Vocês não poderiam formar uma comissão para que cada um entre com 1/300 do que estou oferecendo para a greve? Assim eu não precisaria vender o que estou vendendo!

Os dois casais visitantes desconversaram. Soube depois que, num grupo de oração, um casal, apreciando nosso testemunho, pediu que os companheiros orassem por alguém "que está se aproximando do comunismo"(1).

Eu tinha, depois de terminado a Faculdade de Direito, em 1947, estagiado na França, com o grupo do Pe. Lebret, responsável pelo Movimento de Economia e Humanismo. Além dos estudos teóricos, trabalhei como aprendiz, com os meus colegas Vicente Marotta Rangel e Nelson Abrão, hoje professores universitários, numa comunidade de produção de caixas de relógio, em jornadas de 10 horas.

Conhecemos a vida sindical da França e sentimos que descobriamos meios novos para o engajamento social inspirado no Evangelho.

Como viviam os trabalhadores da Perus em 1954*

Os mil trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus desde 1954 estavam divididos em dois municípios: em São Paulo, onde se encontra a fábrica, e em Cajamar, distante 20 km, onde se localizam as jazidas fornecedoras da pedra calcária para a fabricação de cimento em Perus. O Grupo Abdalla, com mais de trinta empresas, há mais de 6 anos dirigia a **Perus**, a única fábrica de cimento em São Paulo.

Viviam eles isolados, sob a direção do Grupo Abdalla, cujo presidente foi secretário do Trabalho, do interventor Adhemar de Barros, em São Paulo. A fábrica de cimento foi instalada por um grupo canadense há mais de 50 anos, passando para o controle do Grupo Abdalla, quando na Secretaria do Trabalho.

Fui convidado para ser advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo em fins de 1954. Os

** Mesmo antes de ser assessor permanente do Sindicato, a partir de 1954, já era advogado de várias reclamações trabalhistas.*

trabalhadores viviam amedrontados(2). Através de reclamações trabalhistas bem-sucedidas, fomos conseguindo despertar a confiança deles. Fazíamos sempre a avaliação do que acontecia numa audiência na Justiça do Trabalho, e aos poucos os operários perceberam que não há razão para ter medo quando se diz a verdade; esta ação fortalece o Sindicato, fortalece a união dos trabalhadores.

Depois de três anos desse trabalho miúdo reclamações ganhas, avaliações, reflexões sobre os problemas comuns, feitas freqüentemente aos domingos, o Grupo Abdalla tentou bloquear o nosso trabalho sindical: determinou que alguns empregados fossem transferidos para outra empresa sua que tinha por objetivo a extração de pedra, a 150 km de São Paulo, no litoral paulista. Os trabalhadores ficaram alvoroçados. Entre eles, naturalmente, se encontravam aqueles que despontavam com liderança. Eles queriam saber se eram obrigados a aceitar a ordem de transferência:

– Depende.

– Depende do quê?

– A transferência por lei só é obrigatória se houver necessidade de serviço.

– Ele não precisa da gente lá. A gente trabalha aqui numa fábrica de cimento.

– É bom provar que Abdalla não precisa da mão-de-obra especializada daqui para outra empresa onde o serviço é inferior.

O presidente do Sindicato, José Laurindo, viajou algumas horas e voltou no dia seguinte com fotografias, comprovando que o serviço era inferior.

– Tá provado que lá só tem servente. Essa transferência é perseguição. Eu trabalho como ajudante na mecânica e lá não tem nenhum serviço desse tipo – disse João Breno, que mais tarde seria eleito presidente do Sindicato.

Imediatamente os trabalhadores foram convocados para uma reunião, e logo perceberam a manobra do Grupo Abdalla.

Ponderei-lhes que o processo seria ganho na Justiça do Trabalho, mas que a gente só deveria ir à Justiça quando o caso fosse duvidoso. Numa questão daquelas não havia nenhuma dúvida e, assim, se os trabalhadores estivessem unidos, a transferência poderia ficar sem efeito.

Resolvemos, então, após uma Assembléia, enviar ofício à empregadora, com fotografias, comprovando a desnecessária transferência. Prontalmente os operários voltaram ao trabalho na própria fábrica de cimento.

Foi esse o primeiro teste de que, unidos, os trabalhadores conseguem o que lhes assegura a lei. Veremos, mais adiante, que essa mesma união permite que eles consigam vantagens inexistentes na lei. Veremos também que, desunidos, não conseguem nem o mínimo que a lei lhes garante.

A greve de 1958 e o bem comum: surgem os "queixadas"

Em outubro de 1958 devia ocorrer o reajuste anual de salário na **Perus** e nas outras quatro fábricas de cimento do Estado de São Paulo. Os entendimentos eram comandados pelo presidente da Federação dos Trabalhadores, que não era bem visto pelos associados do nosso Sindicato. L.M., presidente da Federação, falecido recentemente, descobrimos depois, fazia o jogo dos patrões. Por isso era forte nas cúpulas e, apesar de nunca ter trabalhado na indústria, conseguiu um registro falso e fundou um Sindicato, de que foi sempre presidente, e ao mesmo tempo a presidência da Federação. Denunciamos em vão a falsidade ao ministro do Trabalho. Após 1964, ele chegou a ser ministro do T.S.T. Aproveitamos a oportunidade para dizer que L.M. era realmente um "pelego" consciente, ao contrário da maioria dos dirigentes sindicais que quase nada podem fazer por causa da estrutura sindical. Por isso, decidimos dirigir o nosso próprio reajuste, mantendo contato direto com o nosso empregador – o Grupo Abdalla. Antes de chegarmos a uma conclusão, na fase preliminar do dissídio coletivo, os outros quatro Sindicatos, dirigidos pelo presidente da Federação, celebraram um acordo de 30% de reajuste salarial, em 15 de outubro de 1958.

Possivelmente nós iríamos ficar também na faixa dos 30%, mas fomos alertados por um "comunicado" das outras quatro fábricas de cimento, publicado nos jornais, anunciando a alta do preço daquele produto, "em virtude do reajuste salarial em vigor a partir de 1º de outubro".

O aumento do preço do cimento parecia-nos exagerado. Pedimos a um engenheiro amigo que fizesse os cálculos. Logo ele nos demonstrou o exagero da alta do cimento. Bastava 1/7 do aumento no preço, mas as fábricas aproveitavam a ocasião para majorar o produto 7 vezes mais do que o necessário.

Na última mesa-redonda, realizada na Delegacia do Trabalho, a autoridade estranhou que nós não aceitássemos os 30% já acolhidos pelos quatro outros Sindicatos.

– Queremos 40% de reajuste, porque os patrões estão ganhando bem mais agora.

Mostramos as contas, mas a autoridade não se interessou pelos cálculos do nosso engenheiro, e foi dizendo:

– Vocês nada têm a ver com o preço do cimento.

– Bem, nós podemos levar ao conhecimento dos trabalhadores o que está ocorrendo aqui. Eles não concordam com 30% . Poderão concordar em receber menos se o preço do cimento não subir exageradamente.

Estava criado o impasse, que foi agravado com a dispensa do trabalhador Gino Rezaghi, que dissera abertamente que não votaria em Abdalla, candidato à reeleição na Câmara Federal.

Em 1958, apesar das restrições impostas à estrutura sindical brasileira, havia um pouco de liberdade, e os trabalhadores podiam valer-se do direito de greve para conseguir o atendimento das suas reivindicações.

O Grupo Abdalla, estimulado pelo reajuste de 30% das quatro fábricas de cimento, não se dispôs a ultrapassar aquele teto. Os trabalhadores da **Perus** já tinham noções claras do bem comum, colocando a questão nos seguintes termos: "podemos aceitar 30% de reajuste, mas o preço do cimento não pode subir mais do que 1/7 do pretendido".

O impasse provocou a greve, sendo instaurado o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, julgado após o trigésimo dia da paralisação.

Antes disso, merecem destaque alguns episódios:

1. Como também já acontecia naquela época, a polícia rapidamente se fez presente na fábrica e nas pedreiras em Cajamar; mas ninguém correu. Recebemos, com firmeza, três caminhões de policiais, ocasião em que eu disse mais ou menos as seguintes palavras:

– Se as leis funcionassem melhor não haveria esta greve. Quem provocou a greve foi o patrão. Mas não vamos quebrar nada. Respeitaremos a propriedade, o patrão e a autoridade. Esperamos que os senhores nos respeitem; muitos dos senhores são filhos de operários e de lavradores. Somos todos irmãos. Esperamos que a polícia não atrapalhe o nosso direito de greve. Vocês vieram para guardar a fábrica. Não vão ter trabalho.

Expliquei-lhes as razões da greve, e em seguida o presidente do Sindicato exortou todo o mundo a usar a cabeça:

– Cabeça fria, companheiros. Não aceitem provocação. O nosso direito está na lei. A gente precisa saber aplicar esse direito. Só voltaremos ao trabalho se conseguirmos baixar o preço do cimento. Aí receberemos trinta por cento de reajuste. Ou então queremos quarenta por cento. Se o truste do cimento puder aumentar o preço à vontade, nós queremos

Piquete formado pelas mulheres dos "queixadas" em Cajamar, em maio de 1962

um pouco mais: quarenta por cento! A segunda condição para a fábrica funcionar é a volta do companheiro Gino ao trabalho.

2. A resistência pacífica ao poder econômico permitiu que as mulheres participassem da luta, ao lado dos maridos. Até os filhos menores foram se engajando.

3. Os piquetes funcionavam dia e noite.

4. Duas vezes por semana, faziam passeata em São Paulo. Comissões de greve visitaram as fábricas, escolas e universidades.

5. Ganhamos a opinião pública com a mensagem: "estamos dispostos a ganhar menos, se o preço do cimento baixar".

O julgamento e a continuação da greve

O Tribunal Regional do Trabalho só pôde julgar o nosso dissídio 35 dias após o início da greve. Houve divergência na votação e a maioria só concedeu 30% de reajuste.

Mas o revisor do processo, fundamentado o voto, reconheceu o nosso direito, concedendo os 40% de reajuste.

Esse voto constituiu uma chama de esperança.

Debatemos a questão na Assembléia e decidimos prosseguir na greve, baseados em dois pontos: o Tribunal Superior do Trabalho, no Rio de Janeiro, poderia reconhecer os 40% e, certamente, o Grupo Abdalla não

agüentaria mais 2 ou 3 meses de espera, tempo necessário para o segundo julgamento.

O fato – a continuação da greve após o julgamento – provocou espanto, ciúmes em outros grupos ideológicos.

A fibra dos trabalhadores aumentou. Nelson Coutinho, advogado amigo, velho caçador, sentindo a inquebrantável resistência dos grevistas, exclamou numa Assembléia:

– Vocês parecem "queixadas".

Alguém aparteou:

– Que é queixada?

– É o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada –, enfrenta a onça ou o caçador; este tem de ser esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado. Vocês estão dando um exemplo de unidade semelhante ao queixada. "Queixada" que enfrenta o tubarão.

Vale a pena registrar o que aconteceu numa Assembléia, realizada no cinema de Perus, quando apareceram dois dirigentes sindicais, ligados ao Partido Comunista, e um sacerdote.

O padre disse que estava preocupado com a greve. Reconhecia o nosso direito, mas não sabia o que fazer com a paralisação das obras de uma igreja; e desabafou:

– Deus tem fome de cimento!

– Isso não; Deus tem é fome de justiça – foi aparteado.

O padre desconversou e saiu da Assembléia chamando-nos de "comunistas".

Em seguida os líderes comunistas advertiram os "queixadas" sobre o risco que estavam correndo com o prosseguimento da greve, após o julgamento do Tribunal do Trabalho.

A Assembléia repeliu o conselho, gritando:

– Quarenta! Quarenta!

Pelos jornais do dia 22 de outubro de 1958 aqueles dirigentes estranharam a continuação da greve. Alegavam que havia mulheres que não trabalhavam na **Perus** e que indevidamente estavam na reunião do Sindicato. No dia seguinte o Delegado do Trabalho nos convocava. Tinha recebido o recado dos 2 líderes. Queria uma votação, para saber se os operários estavam livremente em greve.

Imediatamente, durante o dia, se procedeu à votação secreta.

- 5 votaram contra o prosseguimento da greve;
- 4 votaram em branco;

• 680 votaram pelo prosseguimento da greve.

Estava bem revelada a vontade dos "queixadas".

O Sindicato tinha uma pequena sala alugada em Perus, que fica 25 km distante de São Paulo. Por isso, o comando da greve se achava instalado em São Paulo, na Câmara Municipal, na bancada do Partido Socialista, cujo líder, Joaquim Monteiro de Carvalho, se colocou inteiramente ao lado dos trabalhadores, dia e noite. Foi sempre um irmão.

Estávamos no Comando da greve quando, no dia 26 de outubro de 1958, fomos chamados à presença do governador Jânio Quadros, que antes já demonstrara a sua simpatia pela "greve diferente". Mas desta vez estava apreensivo.

Forçava um acordo nosso com o Grupo Abdalla. A proposta nos parecia baixa. Jânio nos advertiu:

– Numa luta entre panela de ferro e panela de barro, sempre quebra a panela de barro.

– A nossa é de cimento, governador.

Diante da nossa firmeza, Jânio voltou à posição anterior.

A Ação Católica, por iniciativa dos companheiros da JOC, reuniu-se e deu oficialmente seu apoio à greve, em nota subscrita por D. Vicente Zioni, então bispo auxiliar do Cardeal Motta.

Momentos difíceis atravessamos, mas com a mediação de D. Vicente Zioni e do vereador Monteiro de Carvalho chegamos ao fim da greve no dia 29 de outubro, quando foi elaborado documento em que ficaram assegurados:

- reajuste de 40%;
- volta ao trabalho de Gino Rezaghi, 1º secretário do Sindicato, despedido antes do início da greve, por razões políticas;
- retorno ao serviço de todos os grevistas;
- pagamento dos dias de greve[3].

Tentativas de ajustamento – de 1959 a maio de 1962

Como era de se esperar, o Grupo Abdalla, acostumado a receber homenagens em reconhecimento à sua "generosidade" política, pontilhada de pequenas doações a clubes, escolas, paróquias[4], estava ferido no seu orgulho; não tendo o hábito de pagar salários em

dia para os que trabalhavam normalmente, obrigara-se a pagar "dias de greve"; enquanto as outras fábricas de cimento, reajustavam a folha de pagamento em 30%, a **Perus** pagava mais 10%.

Sabíamos que eles preparavam a desforra. Isso nos obrigou a aprofundar a reflexão com os trabalhadores. Líamos com eles *Princípios para Ação*, do Pe. Lebret.

Construíram a sede do Sindicato, em sistema de mutirão, sem qualquer ajuda oficial, mas com o dinheiro dos dias de greve.

A dispensa e o retorno de 80 empregados

Em fins de agosto de 1959 a **Perus** dispensou 80 empregados com mais de 9 anos de serviço, para impedir que atingissem a estabilidade aos 10 anos de casa.

A direção do Sindicato convocou uma reunião geral para apreciar o comportamento do Grupo Abdalla.

Os trabalhadores já tinham entendido tudo.

Sempre obedientes ao princípio de que a greve é o último recurso, procuramos resolver o problema amistosamente, isto é, receber a indenização.

– Procurem seus direitos na Justiça – respondeu Abdalla.

Como vêem, já antes de 1964, numerosos empregadores achavam sempre mais cômodo resolver os casos trabalhistas na Justiça, onde podem pagar menos do que se cumprissem a lei voluntariamente.

Ponderei que só se deve ir à Justiça quando se trata de caso duvidoso, ou quando uma das duas partes tem o propósito de desacreditar a outra. Esse último procedimento era desonesto. Nós procedíamos com honestidade, e julgávamos que o empregador não tinha nenhuma dúvida sobre o direito líquido e certo dos 80 dispensados com aviso prévio.

Voltamos a esclarecer os trabalhadores sobre as intenções do Grupo Abdalla. Foi então que um trabalhador exclamou:

– Abdalla quer desmoralizar a gente.

A Assembléia decidiu dar um prazo de 48 horas para o pagamento. Decorrido o prazo, os quase mil companheiros iriam à greve.

O poderoso empregador, deputado federal, ciente da disposição dos trabalhadores, nos desafiou:

– Quero ver se têm coragem.

Antes do decurso das 48 horas, o Grupo Abdalla convocava

trabalhadores de outras fábricas. A **Perus** foi paralisada às 6 horas da manhã de 31 de agosto de 1959, mas logo em seguida caminhões de trabalhadores de outras fábricas, protegidos pela polícia, "furavam" a greve.

Nesse mesmo dia, antes das 6 horas, quando nos dirigíamos a Perus, ao lado do vereador Joaquim Monteiro de Carvalho e do colega Caio Bruno Di Donato, fomos interceptados na estrada não asfaltada, a 5 km de Perus. Dois irmãos Abdalla e mais três desconhecidos, empunhando revólveres, atravessaram a estrada.

Aos palavrões e roçando o revólver no meu rosto, Abdalla ameaçou:

– Reage agora, Jesusinho, que te mando para o outro Jesus.

– Deus está vendo tudo.

– Cale a boca! Quer me quebrar?

– O senhor é que quer quebrar o Sindicato...

– Voltem para São Paulo e nunca mais ponham os pés em Perus.

Felizmente nenhum de nós estava armado. Nunca andei armado[5].

Naturalmente tivemos que retroceder. Voltamos a São Paulo, comunicamos o sucedido ao então deputado Franco Montoro e a um jornalista. Ambos foram conosco a Perus, por outra estrada.

Lá encontramos os trabalhadores alvoroçados, não só pelos caminhões que "furaram" a greve, como também porque Abdalla, passando por eles aos gritos dizia:

– O Jesus já foi....

Só Franco Montoro conseguiu entrar na fábrica, que a direção da **Perus** tentava pôr em movimento, sem sucesso.

Após a espera de meia hora, Montoro nos transmitia a palavra de Abdalla:

– Ele está pronto a pagar a indenização dos despedidos. Daqui a pouco mandará um cheque global ao Sindicato.

Reunimo-nos para examinar, àquela altura dos acontecimentos, se a indenização resolvia o impasse criado ante a obstinação do empregador. Perguntei:

– Os companheiros despedidos querem mesmo a indenização, ou querem ficar no emprego?

Esperei alguns segundos e acrescentei:

– Como estão vendo, muita gente pensa que pode resolver tudo com o peso do dinheiro. Será que a indenização é mais importante do que o emprego?

Após a consulta, apenas um dos 80 empregados queria a indenização.

A nossa resposta à direção da **Perus** foi categórica: não interessava mais a indenização. Já que os despedidos não tinham praticado qualquer falta, queríamos a volta deles ao serviço.

– E se Abdalla não aceitar? – interrogou um operário.

– Nada de moleza. A gente continua em greve, uai!

Sentimos que a ocasião era boa para formalizar alguns princípios que fortaleceriam o Sindicato. Redigi um documento, no qual estipulávamos que, no futuro, a **Perus**, para admitir ou demitir qualquer empregado, tinha de ser por meio do Sindicato[6].

Assim, quando o representante da **Perus** veio ao Sindicato entregar o cheque, para pagar a indenização, nós lhe entregamos a minuta de uma convenção coletiva.

Aguardamos algumas horas: o empregador cedeu.

Comemoramos a vitória, só voltando ao trabalho no dia seguinte.

Salário-família

Logo depois de algumas semanas, dois diretores do Sindicato me procuraram:

– Não tem jeito de a gente arrumar um aumento para o pessoal da produção?

– Por que você fala em "pessoal da produção"?

– Bem, nós é que damos produção. Somos mais importantes. Sem nós a produção não sai.

– E os mecânicos, os carpinteiros, os motoristas, os faxineiros, o pessoal do escritório, não são importantes?

Insisti:

– Quem precisa ganhar mais: os casados ou os solteiros?

– Os casados.

– Os casados com filho ou casados sem filho?

– É claro que é o casado com filho.

– E se a mulher trabalha fora?

– Depende...

– Vocês não acham que a gente poderia pleitear o salário-família, isto é, uma verba para a mulher que fica em casa e para os filhos menores de 14 anos?

– Será que dá?

– Vamos tentar?

Foi convocada a Assembléia. Discutimos a questão. Devíamos enviar um ofício à direção da **Perus**, expondo as razões do nosso pedido. Comunicamos a pretensão ao Delegado do Trabalho, pedindo-lhe para ser o mediador. A direção da **Perus** queria que um bispo estivesse presente. Na ausência de um bispo auxiliar em São Paulo (na ocasão havia um Congresso em Curitiba), pedimos a D. Jorge Marcos, bispo de Santo André, para comparecer à mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho.

Após troca de idéias, os representantes da **Perus** nos interrogaram:

– Vocês nos colocam a faca no peito? Ou damos o salário-família ou vocês vão à greve?

– Não, não coloque a questão nesses termos. Nós reivindicamos o salário-família, que nos é prometido pela Constituição de 1946. Trata-se também de um princípio de justiça social defendido pelos papas. Os senhores se dizem cristãos. Achamos que os senhores podem pagar. Se os senhores se negarem, alegando falta de meios, nós não iremos à greve, mas queremos examinar os livros. Se ficar provado que os senhores não podem pagar, desistiremos.

A reunião foi adiada por 24 horas, a pedido do advogado da **Perus**.

No dia seguinte o Grupo Abdalla reconhecia o nosso pedido como válido, assegurando-nos Cr$ 1.000,00 (antigos) para a mulher do trabalhador que permanecia no lar e Cr$ 500,00 por filho até a idade de 14 anos[7].

Naturalmente, para o recebimento desse salário-família, era preciso que o trabalhador exibisse certidão de casamento e de nascimento dos filhos. Foi então que muita gente andou se casando, já com filhos crescidos.

Prêmio-produção

Numa demonstração de que não estávamos apenas reivindicando verbas salariais, mas que tínhamos preocupação com a produtividade, com a dignidade do homem, com o respeito que devia haver na fábrica, propusemos à direção da **Perus** a instituição de um prêmio-coletivo crescente, desde que a produção de cimento ultrapassasse a média de 450.000 sacos por mês.

A proposta era irresistível. Foi bem acolhida e incluída no acordo salarial de 1960. A produção melhorou em alguns meses. Se não cresceu mais, é porque não havia manutenção na fábrica.

Sugerimos, ouvidos os operários e encarregados, a adoção de medidas que, introduzidas, poderiam melhorar a produção. Não fomos

compreendidos. Acharam que era "ingerência" em área estranha à nossa missão. Mesmo assim, os trabalhadores, motivados, cuidaram melhor da produtividade. A produção em alguns meses cresceu, mas Abdalla negou-se ao pagamento do prêmio-coletivo.

Casa própria

A **Perus**, quando fundada, há mais de 50 anos, por um grupo canadense, oferecia casas aos seus empregados, tanto em Perus, na fábrica, como em Cajamar, nas pedreiras, porque não havia mão-de-obra especializada naqueles locais. Mas, com o crescimento da fábrica, não acompanhado pelo aumento de casas, muitos empregados ficaram sem moradia. Por outro lado, os aposentados tinham de deixar as casas, e não sabiam para onde ir.

Sabendo que o Grupo Abdalla tinha alguns milhares de alqueires ao redor da fábrica e das pedreiras, sugerimos que nos vendesse a terra. Prometíamos pagar-lhe com a retenção de 5% dos salários, mensalmente, para a constituição do Fundo da Casa Própria, que permitiria a todos a compra de um lote, devendo os mais necessitados ser atendidos em primeiro lugar na construção das casas, em mutirão.

O Grupo Abdalla acolheu a sugestão, que constou do acordo salarial de 1960, homologado pela Justiça do Trabalho.

Infelizmente, para muita gente, asssinar documento não quer dizer nada.

Isso aconteceu com o Grupo Abdalla, que, como já disse, sonegou o pagamento do prêmio-coletivo mensal, como também não cumpriu o pactuado em relação ao loteamento que devia fazer em 6 meses, a partir de outubro de 1960.

Pacientemente insistimos no ano seguinte. Aquelas promessas foram ratificadas no acordo de 1961, mas novamente o empregador, então já cognominaddo de "mau patrão", deixava de cumprir o prometido.

Até hoje não sei porque ele não honrou os compromissos com o Sindicato; se por displicência ou porque era sua intenção nos desmoralizar, levando os trabalhadores a desacreditar no seu orgão de classe.

A melhor demonstração de boa vontade do Sindicato ocorreu nesse período, quando, estando o pagamento atrasado, os dirigentes sindicais resolveram emprestar um milhão de cruzeiros (antigos) ao "mau patrão" para completar a folha de pagamento, evitando-se, assim, uma greve.

A presença política dos trabalhadores

Em 1959 íamos ter a primeira eleição no município de Cajamar, onde se encontram as pedreiras da **Perus**. Havia três candidatos à prefeitura.

Os trabalhadores pediram minha opinião:

– Em quem devemos votar?

– Não sei. Não conheço os homens.

Investigamos o passado deles e sentimos que os três tinham o apoio do Grupo Abdalla.

– Será que não podemos lançar um de vocês? – perguntei. Quantos eleitores tem Cajamar?

– Mil e poucos.

Fizemos um balanço: eram cerca de 400 trabalhadores da **Perus**, mas desses havia uns 50 analfabetos, outro tanto de estrangeiros e uns 15 ou 20 muito ligados à cúpula de Abdalla. Sentíamos que tínhamos evoluído bastante e que valia a pena disputar a Prefeitura de Cajamar.

Fizemos uma convenção, em que todo trabalhador que tivesse seu nome apresentado por 25 companheiros poderia concorrer.

Apareceram 4 candidatos, que se comprometeram, antes da votação, a apoiar o candidato mais votado da convenção.

Para não estender o relato, resumo:

a) ganhamos a eleição para prefeito e vice-prefeito;

b) dos noves vereadores, cinco eram operários.

Evidentemente não basta ganhar qualquer eleição. É necessário que os eleitos estejam à altura dos cargos. Sabíamos que teríamos problemas. Faltava-nos assessoria. Além do mais, o nosso grupo foi chamado para ajudar os trabalhadores da fábrica de biscoitos Aymoré, em uma greve que durou mais de cinco meses, em 1960.

Mesmo assim, conhecendo a falta de preparo dos trabalhadores, a maioria se portou bem. Houve um "cochilo" inicial, cuja reparação merece ser contada. Num plantão que fui dar no Sindicato, em Cajamar, no início de 1960, percebi que os trabalhadores estavam inquietos, aborrecidos. É que a Câmara Municipal tinha aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei que conferia a Abdalla o título de "cidadão cajamarense".

O projeto passara em primeira discussão, porque dois vereadores, "queixadas", tinham votado a favor da proposta. Alguns trabalhadores mais esquentados queriam "pegar" os dois traidores.

– Cabeça fria, gente, vamos conversar com eles.

Pedimos que viessem ao Sindicato, mas não apareceram.

Resolvemos então convocar uma assembléia popular, fora do Sindicato, para que os dois vereadores explicassem os motivos por que tinham sido favoráveis ao título de "cidadão cajamarense" para o deputado Abdalla.

No dia do comício, antes da hora, os dois vereadores apareceram no Sindicato. Estavam assustados. Um deles tinha uma foice na mão. Procurei tranqüilizá-los. Recordei os princípios do nosso trabalho e perguntei a razão do voto deles na Câmara.

– Abdalla nos procurou e prometeu dar uma área para fazer um clube...

– E você, companheiro, por que votou em Abdalla?

– Para falar a verdade, eu estava distraído quando votei... Nem percebi.

– Então você não serve para ser vereador.

Eles sabiam que os "queixadas" queriam que eles renunciassem ao mandato.

– Mas renunciar fica feio. Não serve a gente se licenciar?

– Licença até o fim do mandato?

– Aceitamos.

Então bati o pedido de licença dos dois vereadores, que foram substituídos pelos suplentes. Fomos ao comício, mostrando que os capitalistas são muito astuciosos, envolvendo facilmente homens de boa fé. O povo vigilante é a melhor segurança para evitar que seus representantes deixem de cumprir as suas funções[8].

Breve avaliação de 1954 a 1961

1. A pequena porcentagem de sindicalizados e a mínima participação nas assembléias desapareceram. Chegamos à sindicalização de 99% dos assalariados. Até o superintendente, talvez por tática, ingressou no quadro social.

2. Elaboramos com a superintendência um quadro de salários, eliminando a existência de mais de cinqüenta tipos de remuneração.

3. Criamos a cooperativa do "queixada", para ajudar os companheiros que tivessem algum problema na família.

4. Os "queixadas" da **Perus** ajudaram em 1959 os trabalhadores de outras categorias, nas greves da Rhodia, da Fiação de Tecelagem Santo André, da Usina Miranda.

5. O seu testemunho de firmeza inspirou a fundação da Frente Nacional

do Trabalho: "fique sócio do seu sindicato, para defender a sua categoria; fique sócio da Frente, para defender todas as categorias".

6. Finalizamos com a autocrítica:

a) crescemos muito depressa;

b) o empregador não correspondia aos nossos propósitos: às vezes era demasiado generoso diante de um pedido de algum dirigente do Sindicato. Com isso, despertava ciúmes e dividia os trabalhadores;

c) não dispúnhamos de uma assessoria pedagógica capaz de alertar os trabalhadores contra o envolvimento do capitalismo.

Em fins de 1961, diante de um problema coletivo na fábrica, participei de uma reunião com a cúpula do Grupo Abdalla, quando um deles, dirigindo-se aos diretores do Sindicato, advertiu:

– Sabemos que os senhores estão divididos.

Sublinhou a palavra "divididos" com irônico sorriso.

A revanche do grupo Abdalla – de 1962 a março de 1964

Os princípios de participação na direção são válidos quando as duas partes, empregador e empregados, através do seu Sindicato, agem com lealdade. No fundo, sinto hoje, nós fomos ingênuos. Tão ingênuos que o Sindicato chegou a emprestar um milhão de cruzeiros (antigos) ao empregador, para completar a folha de pagamento e evitar uma greve. Manhosamente o "mau patrão" fingia dificuldade e aos poucos foi se mostrando indiferente à manifestação do Sindicato, porque sabia que os trabalhadores estavam divididos. Estava se preparando para a desforra, porque não quis entender ou não entendeu bem a seriedade do nosso trabalho.

A situação de descontentamento dos trabalhadores da **Perus** foi reforçada com dois novos fatos:

a) dirigentes sindicais de outras três fábricas do Grupo Abdalla procuraram os companheiros da **Perus**, queixando-se do descaso patronal pelas nossas leis;

b) o pagamento dos salários da **Perus** vinha saindo com atraso.

Decidiram, então, os dirigentes sindicais das três fábricas, juntando-se aos da **Perus**, enviar um ofício ao empregador comum, alinhando a causa do descontentamento de 3.500 trabalhadores existentes nas 4 categorias: Usina Miranda, em Pirajuí, Tecelagem Japy, em Jundiaí,

Fábrica de Papel Carioca, em São Paulo, **Perus** e Copase (Companhia Paulista de Celulose, uma fábrica em construção, em Cajamar, com mais de 200 trabalhadores, também associados do Sindicato dos Trabalhadores da **Perus**).

O empregador comum sequer deu resposta.

Os sindicatos voltaram a insistir, sob pena de serem obrigados a recorrer à greve. Indiferente, ameaçador, Abdalla respondeu:

– Façam greve se tiverem coragem...

A provocação era evidente. E a gente sabe que, estando os homens motivados para alcançar a justiça, certas palavras representam um empurrão.

No dia previamente marcado, 14 de maio de 1962, a polícia ocupou a fábrica em Perus. Então, cerca de 3.500 trabalhadores do Grupo Abdalla paralisaram pacificamente o trabalho, inclusive cerca de 100 lenheiros que trabalhavam no horto florestal da **Perus**. Foi firmado um compromisso, na assembléia, entre os dirigentes sindicais das cinco fábricas: "não se faria acordo em separado"; "a greve só terminaria com o atendimento da reivindicação de todas as categorias".

Formaram-se quatro processos administrativos na Delegacia Regional do Trabalho. Franco Montoro era na época o ministro do Trabalho do presidente João Goulart. Tentou o ministro ser o mediador da greve, mas não obteve sucesso.

A greve comum mobilizou a opinião pública a favor dos trabalhadores. "Abdalla está escondendo leite", diziam os operários, que não se conformavam com o mutismo e a indiferença do mau patrão.

Mas 32 dias após o início da greve fomos surpreendidos com desconcertante novidade. Estava em minha casa, num sábado à tarde, quando fui procurado pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo. Ele estava cabisbaixo. Alegou que os trabalhadores das três fábricas não tinham mais condições de prosseguir na greve... e que tinham celebrado um acordo com Abdalla. Na segunda-feira mais de dois mil trabalhadores voltariam ao serviço.

Fiquei desapontado.

Perguntei por que o acordo não incluía os companheiros da **Perus**.

– Abdalla quer acabar com os "queixadas".

Sugeri que fôssemos a Perus e Cajamar comunicar o sucedido aos companheiros. Ele se recusou.

Logo em seguida soubemos, por fonte idônea, que Abdalla afirmara:

– Eu sou a lâmpada e os empregados as mariposas; um a um virão a

mim, e eu os destruirei.

Para o Tribunal Regional do Trabalho foram remetidos os processos da greve, mas apenas o dos trabalhadores da **Perus** e da Copase foi apreciado, porque, como vimos, o Grupo Abdalla fez acordo com os dirigentes das outras três categorias(9).

Abdalla saiu do mutismo após o acordo com as três categorias; dispondo de largos recursos financeiros e de prestígio político, procurava demonstrar que o prosseguimento da greve dos "queixadas" não tinha fundamento, porque a nossa participação na greve comum era por mera solidariedade; e que não havia mais razão para prosseguirmos na greve.

O Tribunal Regional do Trabalho, por quatro votos a três, recusou-se a examinar as nossas reivindicações. Apenas um juiz ordenou a volta ao trabalho. Abdalla parecia obter sucesso na areia que atirava aos olhos da opinião pública. Diante da sua obstinação em nos liquidar, partimos para a desapropriação da **Perus**. *O Estado de S. Paulo* publicou, na íntegra, pareceres de eminentes juristas, favoráveis à desapropriação da **Perus**.

A edição de 7 de agosto, ocupando quase uma página toda, reproduziu dois pareceres da lavra dos professores J.H. Meirelles Teixeira e Luiz José de Mesquita, ao lado de um manifesto nosso apontando as razões da greve(10).

É oportuno recordar:

As razões da justa greve da Perus

"Em 14 de maio de 1962, 5 fábricas do grupo industrial do deputado J. J. Abdalla pararam, depois de o empregador deixar de cumprir compromissos escritos e de violar sistematicamente a lei.

Após 32 dias de justa e pacífica paralisação, os trabalhadores de 3 fábricas fizeram honroso acordo, na "Japy", de Jundiaí, na Fábrica de Papel Carioca, de São Paulo, na Usina Miranda, de Pirajuí, com o atendimento total das reivindicações, pagando ainda o empregador os dias de greve, sendo 10 como férias coletivas e 22 dias como se os trabalhadores tivessem realmente trabalhado. Além disso, o mau pagador assinou um acordo que autoriza os trabalhadores a pararem o serviço se o pagamento não sair no 12º dia útil.

Mas o "mau patrão" não quis fazer acordo com os trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e da Companhia Paulista de Celulose, num total de 1.400 homens.

O Tribunal do Trabalho, por 4 votos contra 3, se recusou a examinar as nossas reivindicações, sob a alegação de que o nosso acordo salarial só vence em setembro. Porém, em outras ocasiões tem o mesmo

Tribunal apreciado processos semelhantes.

Fizemos uma votação secreta, após a decisão ou a falta de decisão do Tribunal. O resultado foi o seguinte:

- *7 votos em branco;*
- *19 votos contra o prosseguimento da greve;*
- *1.257 votos pelo prosseguimento da greve.*

As nossas reivindicações são pequenas:

1. Pagamento de 5% do nosso salário, retido desde 1º de outubro de 1960, na mão do empregador, a fim de que fizesse o loteamento em Cajamar, para os trabalhadores possuírem as suas casas. O relapso empregador não fez o loteamento e, por isso, queremos o pagamento daquela verba, que monta a cerca de 17 milhões; 2. Pagamento do prêmio-coletivo de produção a todos os trabalhadores, conforme acordo assinado em 1º de outubro de 1961; 3. Pagamento de 10% relativos à taxa de insalubridade para os empregados contemplados pela Portaria nº 31; 4. Registro de 100 trabalhadores que há anos trabalham no eucalipto, abandonados à própria sorte; 5. Contratação de mão-de-obra, em virtude das aposentadorias, dispensas e mortes ocorridas nos últimos dozes meses; 6. Pagamento das horas de espera, após a jornada de 8 horas, quando os trabalhadores são obrigados a permanecer na portaria, horas a fio, aguardando o pagamento mensal; 7. Antecipação salarial de 20% na forma concedida pelo Tribunal do Trabalho aos trabalhadores da "Carioca".

A nossa sorte está lançada: o deputado Abdalla tem o Banco do Brasil à sua disposição; nós temos a fé que nos levou a jurar "não voltar ao trabalho como homens derrotados".

Ou o abastado empregador atende às nossas reivindicações ou o governo desapropria a fábrica (art. 41 §16, da Constituição Federal).

Se você não estiver a serviço do rançoso capitalismo, ajude-nos com a sua palavra, o seu protesto, contra o fraudador deputado; mande-nos remédios, alimentos; e leve a sua oração em favor de 1.400 famílias, que sabem que "Deus tarda mas não falta".

São Paulo, 14 de julho de 1962.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo e Frente Nacional do Trabalho.

"A paz é o fruto da justiça"

Execução do plano diabólico

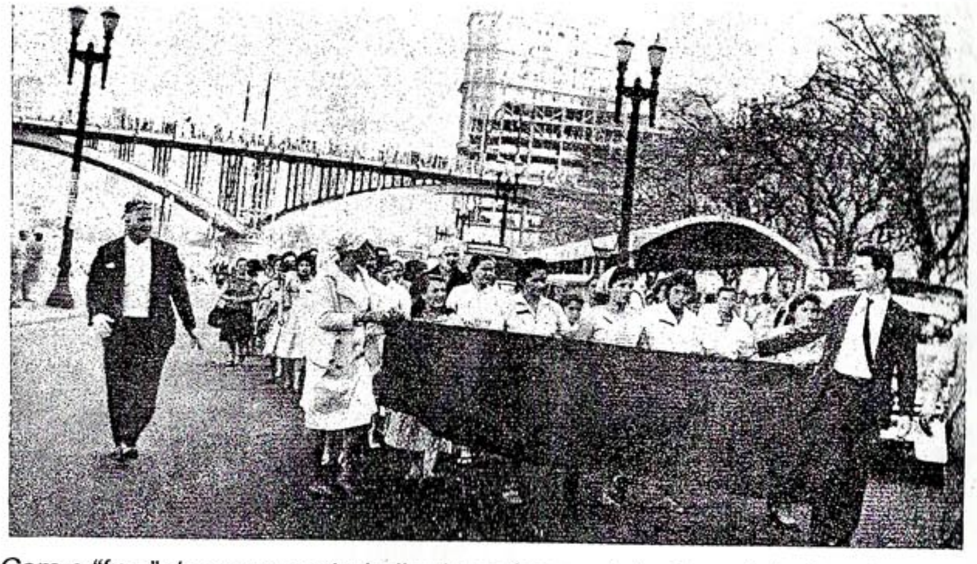
O Grupo Abdalla calculadamente esperava cansar os trabalhadores. Deixava de produzir quase 600.000 sacos de cimento por mês, porque queria esmagar os "queixadas". Desde 14 de maio de 1962 a fábrica estava totalmente paralisada. No início de agosto, o seu plano diabólico começou a concretizar-se:

1. aliciou duas dezenas de trabalhadores cansados, determinando que fossem procurar a deputada estadual Conceição da Costa Neves, "líder trabalhista" na Assembléia Legislativa, de que era, no momento, presidente;

2. essa deputada passou a nos acusar de "comunistas", comunistas que impediam que "trabalhadores honestos" voltassem ao serviço; foi mais de uma vez a Perus e Cajamar reunir-se com os trabalhadores para induzi-los a "furar" a greve. Na televisão chegou a nos chamar de aproveitadores; afirmou que o Sindicato tinha uma bandeira vermelha em sua sede;

3. cerca de 100 trabalhadores, entre os 1.300 em greve (**Perus** e Copase), apresentaram ao ministro do Trabalho um pedido de intervenção no Sindicato;

4. dez dos cem trabalhadores, tidos como "mais esclarecidos", assinaram procuração para que o advogado pago por Abdalla



Com o "furo" da greve, os trabalhadores foram obrigados a trabalhar 24 horas seguidas. Ferdinando Frisk perdeu a vida por exaustão. As mulheres dos queixadas fizeram uma passeata, denunciando a omissão das autoridades.

apresentasse duas queixas-crime contra diretores do Sindicato e seu advogado. Éramos acusados de apropriação indébita, estelionato e de impedir que "trabalhadores livres" voltassem ao trabalho[11];

5. Abdalla prometeu-lhes uma antecipação salarial de 30%, se voltassem ao serviço;

6. no dia 21 de agosto, no centésimo dia de greve, aquela deputada, conforme noticiara pelos jornais, rádio e televisão, acolitada pela polícia, foi comandar o "furo" da greve realizado por uma centena de trabalhadores da **Perus**, ajudados por outros novos, trazidos de outras fábricas do Grupo Abdalla, ou contratados uma semana antes;

7. em Cajamar, onde a greve foi "furada" uma semana depois, a polícia invadiu o clube dos trabalhadores, transformando-o em dormitório;

8. ainda em Cajamar, pequeno município, onde o vigário era novo (Pe. Bianchi), inteiramente ao lado dos trabalhadores, Abdalla mandou fechar a rua que dava acesso à cooperativa dos trabalhadores e à casa do vigário. Abdalla ordenou que Pe. Bianchi desocupasse a casa;

9. apertando o cerco para "esmagar os queixadas", Abdalla aconselhou os comerciantes de Perus e Cajamar a cortarem o fornecimento de gêneros alimentícios aos trabalhadores (Os comerciantes sempre foram os grandes cabos eleitorais de Abdalla. Não todos. Sempre há os Cirineus* nos momentos difíceis);

10. em fins de setembro de 1962, a **Perus** entrou com um inquérito na Justiça do Trabalho, pretendendo dispensar 501 empregados estáveis, sob a alegação de terem praticado falta grave: participação em "greve ilegal" e "abandono de emprego". Mais de 1.200 empregados estavam dispensados. No entanto, por lei, o empregador é que tem de iniciar o processo contra os estáveis. Nós, posteriormente, ajuízamos três reclamações para os não-estáveis.

A resistência dos "queixadas"

Fiel à verdade, preciso confessar que quase fomos esmagados.

Muitas privações, vexames e lágrimas correram. Dois operários suicidaram-se.

Um dia fui chamado por um "queixada", nordestino de 60 anos:

– Me arranja 20 contos e eu acabo com essa greve.

– Como?

** Cirineu foi o homem que teve pena de ver Cristo caindo com a cruz e se propôs a ajudá-lo*

– Eu mato Abdalla e desapareço.

– Bem, Rodolfo, você sabe que a gente decide em assembléia. Não vou citar o seu nome, mas vou apresentar a sua proposta.

Ele concordou. A minha primeira intenção era procurar dissuadi-lo. A linha do nosso trabalho respeita sempre a pessoa humana, distinguindo o homem dos atos praticados. Todos podemos errar e todos podemos mudar de posição. Mas, sabendo que outros companheiros também já tinham manifestado o mesmo propósito de Rodolfo, senti que seria uma boa oportunidade para colocar à prova os princípios da firmeza-permanente.

Na assembléia da noite, vi os operários esboçarem um sorriso de satisfação ao saberem que alguém estava seriamente disposto a liquidar com o "mau-patrão".

Então acrescentei:

– O companheiro que está querendo "pegar" Abdalla disse que "acaba" com a greve. Mas o que é mais importante, "acabar" com a greve ou "ganhar " a greve?

Ponderei que qualquer violência física, mesmo que não chegasse ao homicídio, daria motivo para a polícia cair em cima de nós. Os diretores do Sindicato e eu seríamos imediatamente presos.

E a greve poderia mesmo acabar; acabaríamos perdendo.

A expectativa de todos foi aumentada quando outro "queixada" me interpelou:

– O senhor garante que a gente ganha essa greve?

– Não; ninguém pode dar essa garantia. O julgamento de um processo depende de muitas coisas: depende do que a gente fala na presença do juiz; depende de testemunhas, de documentos. Finalmente, depende do juiz; não só de um juiz, mas de muitos juízes. O que posso garantir é que temos condições de ganhar o processo. Posso garantir que irei até o fim com vocês, aconteça o que acontecer.

Sérgio aparteou:

– Esta greve é uma prova da existência de Deus. Deus não pode proteger o que o Abdalla está fazendo com a gente.

Concluí mais ou menos com as seguintes palavras:

– Abdalla, com todas as safadezas, é um ser humano. Não podemos matá-lo. As leis são muito fracas para alcançar os poderosos, mas se cremos em Deus, haverá um jeito de sairmos desta greve. O nosso agressor visível é Abdalla, mas atrás dele existe um poderio econômico, político. É o capitalismo. Não podemos enfrentar os agressores com as armas deles. É o que eles querem, porque facilmente nos esmagam. A

nossa arma é a nossa vida. Cabeça fria, companheiros.

Os trabalhadores assimilaram bem o método de luta inspirado no *Sermão da Montanha*, no testemunho dos apóstolos e que foi retomado, no plano político, por Gandhi e Luther King. Modernamente é chamado de Não-Violência. Entre nós, no Brasil, chamamos de firmeza-permanente em busca da justiça.

Dou a seguir alguns exemplos de resistência na greve que já parecia uma "guerra":

1. O cerco da fome que Abdalla quis impor foi facilmente desfeito, diante das numerosas doações que recebemos de todos os cantos do Estado de São Paulo. Não é demais relembrar que tivemos valiosa ajuda em mantimentos de dois governadores: de Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que nos mandou cem sacas de arroz, e de Ney Braga, que nos enviou um caminhão de batata e feijão do Paraná.

Vale a pena registrar o apelo de D. Aniger Melillo, bispo de Piracicaba, publicado na *Última Hora* de 28-7-62:

"Entretanto, mesmo que a greve não fosse justa, estão aí mais de 1.000 famílias morrendo de fome, precisando de auxílio do povo e de Piracicaba".

2. O proprietário de uma padaria em Perus nos emprestou o forno, que passou a ser utilizado por dois "queixadas", padeiros. Assim, por mais de dois meses, os "queixadas" comeram o melhor pão(13)

Em agosto de 1962, a sede do Sindicato não comportou a numerosa assembléia que repeliu o pedido de intervenção no Sindicato, presentes inspetores do trabalho.

3. Rechaçamos o pedido de intervenção no Sindicato, realizando uma assembléia de que participaram inspetores do Ministério do Trabalho e a própria deputada Conceição da Costa Neves. Os inspetores verificaram serem infundadas as acusações contra os dirigentes sindicais, que tinham o apoio maciço dos trabalhadores. Mesmo assim, o Delegado do Trabalho adiou as eleições no Sindicato. Valemo-nos de um mandado de segurança para a realização das eleições.

4. Recorremos novamente ao Poder Judiciário para desalojar a polícia que tinha transformado o clube dos trabalhadores em dormitório, para melhor proteger o Grupo Abdalla; o Poder Judiciário determinou que o "mau patrão" demolisse o muro que erguera na rua, com intuito de obstar a passagem para a casa do Pe. Bianchi e para a cooperativa dos trabalhadores em greve.

5. Sabendo que a luta na Justiça do Trabalho ia ser longa, sentimos que o Poder Executivo poderia intervir, desapropriando a **Perus**. Desenvolvemos ampla campanha nesse sentido, com apoio popular e de universitários. Abaixo-assinados, palestras, contatos com autoridades.

6. A nossa campanha sofreu alguns arranhões, provocados por Abdalla, seus aliados e até por inocentes úteis.

Num debate na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, do qual participava numerosa comissão de trabalhadores, um estudante me aparteou:

– A desapropriação interessa a Abdalla.

– Por que você fala assim?

– Estou informado de que as jazidas de pedra calcária estão no fim. Se o governo desapropriar a **Perus**, Abdalla será o beneficiado.

– Quem lhe deu essa informação?

– Todo mundo sabe...

Os operários que trabalham nas pedreiras deram a melhor resposta:

– Moço, lá tem pedra prá cem anos.

Convidamos o aparteante para ver as pedreiras em Cajamar.

E como a notícia de que a desapropriação beneficiava Abdalla se espalhou, pedimos um laudo a engenheiros; eles confirmaram a existência de grandes reservas de pedra calcária em Cajamar.

A nossa resistência sensibilizou o Desembargador Sylos Cintra, que ocupou o governo de São Paulo, com o licenciamento do governador Carvalho Pinto para campanha política. O Desembargador Sylos Cintra merecia nosso respeito e representava esperanças.

Mandou proceder a estudos que concluíram pela viabilidade da

*O Desembargador Sylos Cintra, governador em exercício, recebe os trabalhadores, empenhados na desapropriação da **Perus**.*
O Desembargador, após 30 dias, definiu ser possível a desapropriação, mas, com a volta do governador Carvalho Pinto, Abdalla continuou proprietário da fábrica.

desapropriação da **Perus**, pelo governo estadual.

Mas Carvalho Pinto, reassumindo o governo, esvaziou as nossas expectativas.

7. Os trabalhadores estavam abatidos, alguns desesperados, a fábrica voltara à normalidade e aproximava-se o dia da audiência do processo em que "todos estavam despedidos sem qualquer direito", repetiam os "cupinchas" de Abdalla.

O grupo responsável pela greve reuniu-se. Alguns trabalhadores queriam invadir a fábrica durante a noite e "descer o cacete" nos "pelegos"; outros queriam mesmo era botar fogo na fábrica. A idéia ganhava corpo. Chegou-se até a marcar o dia. Então, alguém ponderou:

– A gente sabe que a violência física pode ser praticada depois de esgotados todos os recursos. Será que já fizemos tudo?

Feita a interrogação, os participantes se entreolharam...

– Lembrem-se da passagem do Evangelho em que os apóstolos foram se queixar a Cristo, porque não eram capazes de fazer algumas curas? Cristo respondeu: "Certos tipos de demônio só são expulsos com jejum e oração".

Num instante um trabalhador sugeriu:

– Uma greve de fome?

A idéia foi acolhida, restando a escolha do local. Não seria fácil, porque

a polícia vigiava nossos passos. Optamos pelo Largo de São Francisco, defronte à Faculdade de Direito. A polícia, porém, estava atenta e não deixou. Requeremos um *habeas-corpus*, que foi concedido; podíamos, assim,esgotar o último recurso.

No inicío de dezembro começamos a greve de fome, que foi mesmo um jejum.

Lá passamos o Natal e o Ano Novo de 1962.

Quase me curvo ao desejo de relembrar o que passou nesse jejum, em que as mulheres foram companheiras dos "queixadas". Fica para outra oportunidade(14)

No começo de janeiro, o Tribunal de Justiça suspendeu o *habeas-corpus* que nos garantia a permanência no Largo de São Franscisco.

A polícia então ao menos teve a delicadeza de nos pedir para terminarmos o ato público de fé. Não utilizou a violência.

Com a posse do governador Adhemar de Barros, no início de 1963, o Cardeal Motta, de quem sempre recebemos toda a solidariedade, endereçou-lhe um pastoral apelo para ser o mediador da greve(15)

Fomos chamados – o deputado J. J. Abdalla e os dirigentes do Sindicato – ao Palácio do Governo. O empregador sequer quis se avistar com os trabalhadores. Não havia proposta no momento; dias depois, ofereceram-nos 20% da indenização. Subestimavam a resistência dos "queixadas".

Pessoalmente não entendia bem a obstinação do Grupo Abdalla.

– Por que ele nos quer esmagar? – perguntei-me várias vezes.

Pe. Bianchi nos tranqüilizava com uma comparação:

– Abdalla é o novo faraó. Aparentemente ele é forte. Mas os pequenos, conduzidos por Deus, destronam os poderosos. A luta vai demorar. Nós também temos de nos purificar.

Rafael, dirigente sindical, hoje aposentado, sempre confiante, dizia:
– Temos de passar por várias peneiras; no fim vai ficar um pequeno grupo na peneira fina. Esse grupo não pode desanimar; vai ser o responsável pela caminhada.

Tínhamos feitos vários empréstimos, já renovados. Era preciso pagar. Começamos vendedo a "perua" da F.N.T., meu carro e a "perua" do Sindicato; as dívidas eram muitas, e sem nenhuma perspectiva de solução; logo em seguida vendi um terreno e garagem.

Não desço a pormenores. Cito o fato para testemunhar a fé tantas vezes proclamada por irmãos, que falham, diante da realidade, esquecidos de que "a fé sem as obras é vã".

Dissemos lealmente aos trabalhadores:

– É preciso procurar outro emprego. A volta ao trabalho dos estáveis – os velhos de casa – e a indenização dos não-estáveis vai depender da Justiça do Trabalho.

Barraca dos "queixadas", no Largo de São Francisco, em dezembro de 1962, por ocasião da greve de fome.

Continuação do êxodo – de 1964 a 1969

1. A intervenção militar, em 31 de março de 1964,repercutiu imediatamente na vida do nosso Sindicato, que foi o primeiro a sofrer intervenção em São Paulo. O chefe do Departamento do Pessoal da **Perus** foi nomeado interventor. Eu fui despedido imediatamente do Sindicato. Antes, fomos presos – vários dirigentes do Sindicato e eu. Naturalmente continuei como advogado dos trabalhadores fora do Sindicato.

Os inquéritos policiais iniciados contra nós, em agosto de 1962, foram reativados e remetidos ao Fórum; éramos apontados como criminosos. Abdalla contratou dois criminalistas como assistentes do Ministério Público.

2. Com o Sindicato sob intervenção, era difícil o contato coletivo com os trabalhadores. Em Cajamar não havia problema. Pe. Bianchi, que tinha

doado para a greve o dinheiro que recebera para a construção da casa paroquial, nos facilitava os encontros.

3. O grande processo trabalhista dos 501 empregados estáveis, onde tive a inestimável ajuda do Prof. Cesarino Jr., foi julgado em fevereiro de 1965. O juiz era duvidoso. Cerceou a nossa defesa e favorecia o Grupo Abdalla. Perdemos na Junta de Conciliação e Julgamento por 2 x 1 (16).

4. O Ministério Público, após exaustivo exame dos inquéritos policiais, opinou que estes deviam ser arquivados. Num deles, os patronos de Abdalla, representantes de dez "trabalhadores livres", recorreram, sendo os autos reexaminados pelo Tribunal de Justiça, onde ficaram definitivamente sepultadas as manobras patronais de 1962. Outras surgiram, como veremos.

5. No segundo julgamento do processo grande, pelo Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, composto de nove juízes, tivemos quatro votos favoráveis e quatro contra. O presidente desempatou contra nós. Eu ainda continuava fora do Sindicato. A extensão deste resumo não me permite recordar os pormenores que cercaram este julgamento, que foi anulado posteriormente pelo Tribunal Superior do Trabalho, então no Rio de Janeiro. O processo deveria ser novamente julgado em São Paulo.

6. O novo presidente do Sindicato, eleito em chapa única em 1965, era almoxarife. Tinha "furado" a greve em 1962. Antes de eleito, também fora interventor. Era natural que os trabalhadores o vissem com reservas. O Sindicato tinha contratado um jovem advogado. Um dia ele desabafou:

– Não agüento! Abdalla é um embrulhão. Garantiu que ia pagar os salários em dia, mas não pagou. Os trabalhadores vão ao Sindicato e ficamos com a cara no chão.

7. Logo em seguida, em agosto de 1965, os trabalhadores ensaiaram uma greve contra o atraso de salário. Abdalla dispensou dirigentes do Sindicato e outros operários que esboçavam uma liderança.

Correu a notícia de que a nova direção do Sindicato queria a minha volta. O presidente veio falar comigo. Afirmou-me que comunicara sua intenção ao Delegado do Trabalho, estando presente o advogado da **Perus**; este desaconselhou a minha volta ao Sindicato, acrescentando:

– Vocês vão se arrepender.

Não aceitei o convite de pronto.

Fizemos uma reunião com os trabalhadores que estavam fora da fábrica, aguardando o desfecho do processo. Muitos não queriam que eu voltasse a ser advogado do Sindicato:

– O senhor vai defender os "pelegos" que nos traíram?

Pacientemente João Breno e eu demonstramos que a principal causa do que tinha acontecido estava no sistema econômico e político. Era o capitalismo. Os trabalhadores eram vítimas.

Sabendo que os homens se agitam e Deus os conduz, fizemos duas romarias de Perus a Pirapora, percorrendo mais de 30 km e pedindo a Deus que iluminasse os julgadores do nosso processo.

Retornei ao Sindicato, em setembro de 1965.

8. O processo voltou a ser julgado em São Paulo, no início de 1967. Antes, elaborei um memorial de 164 folhas, que foi impresso com a ajuda moral e financeira de trinta e três sindicatos e dez federações paulistas – *A Greve da Perus nos Tribunais*, edição de mil exemplares (com os nomes das entidades sindicais nas capas internas).

O ambiente era de expectativa e apreensão, porque um outro processo que abrimos, para reclamar a indenização de trezentos e poucos empregados não-estáveis, tinha sido perdido no próprio Tribunal Paulista.

Mas o nosso empenho em divulgar, por todos os meios, as razões da greve, evidenciando o indisfarçável propósito do Grupo Abdalla de esmagar os "queixadas", retratadas no livro *A Greve da Perus nos Tribunais*, foi largamente compensado. O revisor do processo, reexaminando os autos (6 volumes), modificou o seu voto e permitiu que o julgamento fosse modificado: os trabalhadores estáveis passavam a ter o direito de voltar ao serviço da **Perus**, ficando esta obrigada a pagar os salários, com reajustes, juros e correção monetária, enquanto estivessem afastados do serviço, isto é, de 1962 até a sua efetiva reintegração.

9. Diante desse julgamento favorável, outros dois processos foram também ganhos: o dos trabalhadores da Copase – Companhia Paulista de Celulose, e o de trinta operários não-estáveis retardatários, que não tinham sido incluídos entre os trezentos e poucos. Este, como vimos, foi perdido.

Os trabalhadores não entendiam bem:

– Por que se ganham três processos e se perde outro, se a causa da dispensa era a mesma?

Outros, mais exigentes, acrescentavam:

– Por que só os estáveis podem voltar ao serviço e os outros não?

Mas a maioria ainda duvidava:

– Será que Abdalla não muda essa decisão em Brasília?

O corte de luz de 200 casas e a ameaça de despejo

10. O Grupo Abdalla, parecendo zombar não só dos trabalhadores, mas da própria autoridade, menos de um mês após a minha volta ao Sindicato, em setembro de 1965, atrasava ainda mais o pagamento dos salários. Denunciamos os fatos pelos jornais e ao Delegado do Trabalho. Em represália, ele mandou cortar a luz casas dos operários que tinham participado da greve e que ainda ocupavam as casas da **Perus**, em Perus e Cajamar. E ingressou com ações de despejo contra os grevistas. Fui chamado às pressas. Os trabalhadores julgavam que, embora fosse um sábado, alguma providência pudesse ser tomada.

Lá estive e testemunhei eletricistas da **Perus** desligando a luz da casa dos operários, guardados pela polícia. Estranhei o fato, mas o delegado tinha uma explicação:

– Estamos aqui para manter a ordem.

Comunicamos os fatos ao secretário da Segurança, Sr. Cantídio Sampaio, que disse nada poder fazer.

Recorremos ao Poder Judiciário, que imediatamente determinou o restabelecimento da energia elétrica na casa dos operários.

Estávamos alegres. Acostumados a apanhar, a ordem judicial reanimou momentaneamente os trabalhadores.

Mas o empregador conhece toda a gama de artimanhas. Pediu à Light para cortar o fornecimento de energia da própria fábrica e das pedreiras em Cajamar. Pretendia, assim, dar a impressão de dificuldades financeiras. Ficou tudo parado.

Em Cajamar, conhecida como "uma ilha cercada de Abdalla por todos os lados", o prefeito Toledo declarou estado de calamidade pública. Não havendo energia, as bombas não funcionavam e o pequeno município ficou sem água[17].

Com a ajuda da imprensa, que deu ampla cobertura à manobra, Abdalla retrocedeu. Mesmo assim, depois de algumas semanas.

A ameaça de despejo foi também bloqueada pela Justiça do Trabalho. Voltaremos logo mais ao problema que persiste.

A multa de 3,3% por dia

11. Confesso que, em setembro de 1965, ao recomeçar a atividade de advogado do Sindicato, apesar do receio da maioria, senti que havia um grupo bom. Não eram muitos. Cerca de dez ou doze, número mais do

que suficiente para lento trabalho de base.

O presidente do Sindicato, como disse, mostrava-se às vezes reticente, mas eu atribuía as suas vacilações ao seu temperamento.

Tive inúmeras demonstrações de confiança até 1971/1972. Retomei o trabalho profissional. Fomos felizes em numerosos processos, e isso naturalmente aumentou a confiança dos demais trabalhadores.

Participei de inúmeras reuniões com eles, analisando o comportamento do empregador que, por estultice, nos fornecia amplo material capaz de aglutinar os trabalhadores.

Assim é que, em março de 1967, atrasando a **Perus** o pagamento dos salários, o Sindicato, com base na lei de greve, na raquítica lei de greve, conseguiu a votação necessária capaz de paralisar a fábrica e as pedreiras.

As pequenas vitórias que fomos alcançando lembravam as "pragas" do Senhor para amolecer o endurecido coração do novo faraó.

12. O desgaste do Grupo Abdalla era grande. A alcunha de "mau patrão" freqüentemente era estampada nos jornais.

Ganhamos em Brasília, no TST, por mais de uma vez, a reintegração dos 501 empregados estáveis. A questão foi apreciada onze vezes, incluindo um mandado de segurança para obstar a reintegração em fins de 1968, bem como uma ação rescisória julgada pelo TST em 1974.

Finalmente, em janeiro de 1969, 309 empregados estáveis em condições de trabalhar – excluídos os falecidos, os que fizeram acordos e os aposentados –, acompanhados de oficiais de justiça, voltaram ao serviço.

O impossível estava acontecendo, mas a alegria não era completa: os "velhos de casa" podiam voltar à fábrica ou às pedreiras; os conhecidos por "novos", isto é, aqueles que não tinham 10 anos de serviço, além dos companheiros da Copase e do horto florestal, mais de 700 ao todo, não tinham o direito de retornar. Eles tinham, em 1962, firmado um compromisso inicial, juntamente com outras três categorias, de só retornarem unidos ao trabalho. No entanto, depois de 32 dias, como vimos, as três categorias fizeram acordo em separado. Após 100 dias, cento e poucos companheiros, tidos como "queixadas", furaram a greve. Agora, quase sete anos após, viam que só os "velhos de casa" eram protegidos pela lei no retorno ao serviço[18].

Isso causou mal-estar entre os trabalhadores. O desaponto era geral.

Os "novos" diziam aos "velhos":

– Fizemos a greve juntos. Vocês voltaram ao serviço e vão receber todo o tempo de greve. E nós?

A colocação era de fato desconcertante. Foi então que nos reunimos – "velhos" e "novos" – para um balanço da situação. Pretendíamos conseguir o retorno dos "novos", que se interessavam pela volta. Na verdade, a grande maioria, após sete anos, já se encontrava trabalhando em outras fábricas e até mesmo em outros estados. Devíamos defender primeiramente aqueles que ainda moravam nas casas da **Perus** em Cajamar, onde a possibilidade de emprego era mais difícil.

Estudávamos uma maneira de a **Perus** nos pagar os salários do tempo de duração do processo – de 1962 a janeiro de 1969 – através do aumento da produtividade. A produção da fábrica estava bem abaixo da normal. Os velhos empregados, conhecendo bem a fábrica e querendo ajudar os "novos", empenharam-se em aumentar a fabricação de cimento. Chegamos a elaborar uma petição de acordo, após vários entendimentos com a direção da **Perus**, segundo os quais ela pagaria os salários da greve, com o aumento da produção de cimento. Os entendimentos iam adiantados, quando alguns trabalhadores, dirigentes do Sindicato e eu fomos convocados pela CGI – Comissão Geral de Investigações –, por alguns dias. Submeteram-nos a longos interrogatórios. Eu permaneci na Base Aérea de Cumbica um pouco mais de tempo – vinte e nove dias.

Fomos todos presos por denúncia de Abdalla.

Antes de recobrar a liberdade, à véspera do Dia das Mães, em maio de 1969, fui visitado pelo engenheiro Thomaz Magalhães – membro da ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas) –, homem que continua a merecer a minha confiança. Ele me pediu para ter paciência e confiar nas autoridades, porque dentro de "trinta dias" o governo iria resolver a questão do Abdalla; que nós receberíamos o devido em pouco tempo. Concluiu pedindo-me para não ir a Perus e Cajamar nos 30 dias seguintes.

Homem de boa fé, confiei, concordei e acrescentei:

– Em vez de 30 dias, estou disposto a continuar ausente do Sindicato por 60 dias[19].

Permaneci, assim, dois meses em São Paulo. O Grupo Abdalla teve uma oportunidade de ouro para "limpar a barra", como se diz entre os operários. Poderia, de fato, ter apresentado uma proposta para pagar o atrasado, colocando-me "fora da jogada".

Mais uma vez ele confiou na eficácia das suas manobras e nenhuma proposta apresentou.

No 61º dia após a minha saída de Cumbica, fui ao Sindicato.

Antes disso, é claro, numerosos trabalhadores vieram à minha casa.

Confesso que estava um pouco desencantado com a inércia da CGI. Mas fiquei largamente recompensado na assembléia dos trabalhadores. Ao preveni-los sobre possíveis pressões e prisões futuras, senti que eles estavam firmes. Rafael, aquele que, depois do "furo" da greve, em 1962, nos alertara sobre a necessidade de os "queixadas" passarem por várias peneiras, prevendo que na "peneira fina" ficaria um grupo pequeno, disse em voz alta:

– Eu não tenho medo de ser preso; a minha mala já está pronta[20].

Naturalmente, recuperada a liberdade, pensamos em retomar os contatos com o empregador, objetivando o recebimento dos salários da greve, estimados em cinco milhões novos, além dos juros e correção monetária.

Pretendíamos receber o atrasado, baseados no aumento da produção (Cr$ 1,00 por saco), e queríamos encontrar um meio de demonstrar a efetiva solidariedade dos "velhos" aos "novos".

O Grupo Abdalla, porém, desconversou. Desconversou porque tinha em mente nova e perigosa artimanha contra os "queixadas", valendo-se da inércia dos poderes públicos.

A nova artimanha lesiva aos trabalhadores e à Fazenda Pública – de 1970 a 1973

1. Já disse que o Grupo Abdalla tinha mais de trinta empresas, além de numerosas fazendas e edifícios, embora muitas propriedades não apareçam oficialmente em nome do grupo. Aproveitou-se de uma das suas empresas, a Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Industrial e Comercial, para mascarar o golpe que preparara:

a) Instalou, a princípio numa casinha de operários, o escritório da Socal em Cajamar, e começou a contratar novos empregados para trabalhar nas pedreiras da **Perus**; esses empregados não podiam ser sócios do Sindicato, sob a alegação de que era outra empresa e de que outro seria o Sindicato (Não havia outro Sindicato em Cajamar).

b) Esses novos empregados trabalhavam juntamente com os operários da **Perus**, no mesmo serviço.

c) Aos poucos, os empregados admitidos na **Perus**, após a greve de 1962, foram sendo transferidos para a Socal. Se não aceitassem a transferência eram despedidos.

d) Mais tarde, conseguiu que os próprios empregados estáveis, "furões" da greve, em agosto de 1962, também passassem para a Socal.

e) Coagiu inclusive os empregados da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, que liga Perus a Cajamar, para o transporte de pedra calcária, os quais se transferiram para a Socal.

f) Chegou mesmo a colocar empregados da Socal trabalhando na fábrica em Perus.

g) Só não conseguiu que cerca de cem empregados – os "queixadas" reintegrados em janeiro de 1969 – aceitassem a transferência para a Socal. No entanto, a intimidadora administração da Socal forçou muitos "queixadas" a se aposentarem.

Denunciamos os fatos: a coação na transferência e o impedimento da sindicalização como crimes contra a organização do trabalho e a dolosa escritura da **Perus** para a Socal, autorizando esta a explorar as pedreiras, com o beneplácito do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

2. Não querendo Abdalla qualquer contato amistoso, e muito menos pagar os salários da greve, impulsionei o processo trabalhista. Mas quando Abdalla foi citado para pagar o devido em 48 horas, verificamos que a **Perus** estava insolvente – todos os seus bens se encontravam penhorados. Mesmo assim, Abdalla ofereceu à penhora o Sítio Santa Fé. Recusamos, provando que aquele sítio já estava penhorado 28 vezes na Justiça Federal, por impostos devidos à Fazenda Nacional[21].

Suspendemos a cobrança dos salários na Justiça do Trabalho e requeremos a falência da **Perus**; mas a Justiça Comum achou que nem tudo estava penhorado; que podíamos penhorar a produção de cimento.

3. Voltamos, então, ao processo na Justiça do Trabalho. Antes da penhora da produção, penhoramos o eucaliptal da **Perus** (são 20.000.000 de pés). Mas Abdalla já tinha vendido e recebido – em dinheiro e promissórias – o valor do eucaliptal.

4. Percebendo que os lesados não seriam só os trabalhadores, mas a União, o governo estadual e o próprio INPS, pedimos o confisco de bens da **Perus** ao presidente Médici.

5. O prefeito Figueiredo Ferraz anunciou a interdição da fábrica de cimento, por causa da poluição em Perus. Garantiu essa medida aos trabalhadores. Logo em seguida, o prefeito caiu.

6. Simultaneamente, o Ministério Público Federal, por intermédio do procurador Manoel Paulino Filho, apresentava denúncia contra todos os responsáveis pelo Grupo Abdalla, pela reiterada prática dos crimes previstos nos artigos 199 e 203 do Código Penal, em maio de 1973.

7. Na Justiça do Trabalho, o juiz Amauri Mascaro Nascimento, sentindo

que não havia outra forma de garantir a execução, acolheu o nosso pedido: nomeou um administrador judicial para dirigir a **Perus**. Foi pioneiro nessa histórica decisão.

8. O administrador nomeado, porém, não tomou posse, porque no dia seguinte o presidente Médici confiscava os bens da **Perus**, em julho de 1973. O confisco visava o recebimento dos débitos de Abdalla para com a Fazenda Pública (cerca de um bilhão de cruzeiros), pagamento dos salários da greve (quase vinte milhões) e fim da poluição em Perus.

O frágil confisco e a segunda intervenção no sindicato

Os administradores federais, após o confisco, entraram na fábrica, em Perus, mas não chegaram a Cajamar. Assim, o incompleto confisco deixava a União em situação humilhante: a fábrica, para funcionar, precisava comprar pedra calcária do Grupo Abdalla, da Socal, que continuava dirigindo as pedreiras da **Perus** em Cajamar.

Através do Sindicato, em obediência à decisão dos trabalhadores, redobramos a denúncia ao presidente Médici, mas nada alcançamos no seu governo.

Na verdade, o Grupo Abdalla conseguiu que o ministro Alfredo Buzaid determinasse a instauração de um inquérito policial contra mim. Fui indiciado na Lei de Segurança Nacional.

O presidente do Sindicato foi pressionado pelo então delegado do Trabalho, recebendo dele a seguinte ameaça: "ou você dispensa o advogado, ou faço a intervenção no Sindicato". Eu não sabia que o presidente do Sindicato tinha me acusado na Polícia Federal.
Em conseqüência, fui dispensado do Sindicato em fins de outubro de 1973. Os trabalhadores se reuniram contra a minha dispensa.

Subscreveram abaixo-assinado, pedindo a convocação de uma assembléia geral para examinar as razões da minha demissão. O presidente do Sindicato, sabendo que podia perder o cargo na assembléia, comunicou o fato ao delegado do Trabalho; este, a pedido escrito do presidente, determinou a intervenção no Sindicato, em 14 de novembro de 1973. Naturalmente, a assembléia não se realizou. Mas eu continuei como procurador dos trabalhadores, excetuados uns poucos, que foram induzidos pelo presidente a mudar de advogado.

Os operários elegeram a Comissão Permanente dos Trabalhadores da Perus, que passou a representá-los junto às autoridades. A sede do Sindicato permanecia fechada, mas fazíamos a reunião na rua ou no salão paroquial, em Perus e Cajamar.

– Eles podem fazer intervenção na sede do Sindicato, mas não na nossa consciência – respondiam os trabalhadores.

O fim do governo Médici – o governo Geisel

As autoridades locais nos apoquentaram sempre, em Cajamar e São Paulo, ao longo dos anos. Não vou relembrar as várias formas de pressão, que vêm decrescendo. No entanto, não posso deixar de registrar que, em abril de 1977, quando escrevo este resumo, o escrivão de polícia de Cajamar intimida os trabalhadores, advertindo-os sobre a impossibilidade de se reunirem no salão paroquial, sem prévia comunicação à delegacia. As reuniões são abertas. Em fins de 1976, não percebemos a presença do delegado, entre mais de cem "queixadas" ou suas viúvas, quando debatemos a forma de ajudar os "novos" contra o despejo que os ameaça.

Parece que o delegado passou a respeitar a seriedade do nosso trabalho.

Em 1º de maio de 1974, enviamos ao presidente Geisel um abaixo-assinado subscrito por 3.500 pessoas – trabalhadores, seus familiares e por grupos responsáveis pelas comunidades de Perus e Cajamar –, interessadas na firmeza-permanente, em busca da Justiça. O ofício tem nove laudas, com cinco reivindicações:

I – Efetivação do confisco, passando a fábrica definitivamente para a União;

II – Pagamento do atrasado, no valor superior a 18 milhões, para mais de 400 trabalhadores ou seus herdeiros;

III – Fim da intervenção no Sindicato;

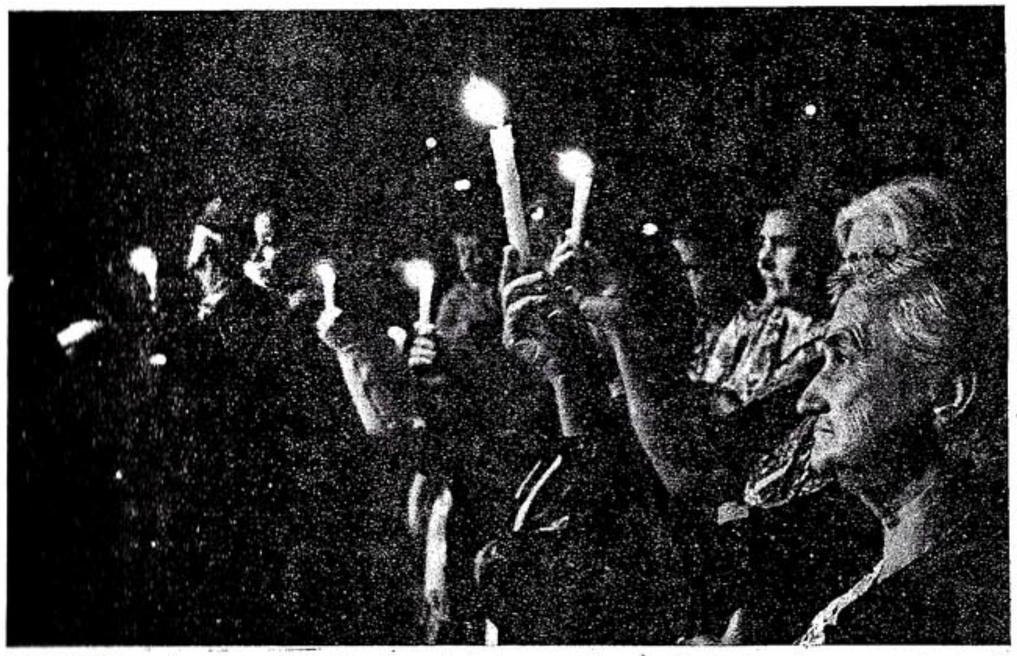
IV – Retirada da Socal de Cajamar, voltando as pedreiras a ser exploradas pela **Perus**, com aproveitamento de todos os operários da Socal, que passarão para a **Perus**;

V – Finalmente, se reconhece que a Comissão Interventora está executando um trabalho sério, a ponto de ter aumentado a produção em quase 30%, além de ter assinado contrato com firma especializada para a instalação de filtros que acabarão com a poluição. Se mais a Comissão não fez, é porque ainda está com muitos elementos da administração antiga em postos de comando. Temos agora a certeza de que a poluição em Perus terminará, assumindo o Governo Federal a responsabilidade da fábrica de cimento.

Pacientemente esperamos, sem cessar as denúncias contra as manobras de Abdalla na Socal. A cobertura da imprensa foi sempre muito valiosa. Não tínhamos a sede do Sindicato, mas tínhamos a união dos trabalhadores, que ficaram livres do antigo presidente; ele não voltou mais ao serviço, aposentando-se em seguida.

Em outubro de 1974 o presidente Geisel corrigiu o inoperante primeiro confisco, permitindo que a União tomasse posse das pedreiras. A Socal foi arredada de Cajamar e todos os empregados voltaram a prestar serviços à **Perus**.

Em novembro do ano seguinte a União depositou mais de dezoito milhões de cruzeiros para pagar o salário do tempo de duração do processo – de 1962 a janeiro de 1969. O pagamento foi feito aos trabalhadores, defronte à sede do Sindicato, em Perus, sob a luz de velas[22].



Em 1975, estando o Sindicato sob intervenção, os trabalhadores recebem, à luz de velas, os salários de 7 anos da greve de 1962.

Antes mesmo de fazermos o pagamento dos Cr$ 18.000.000,00 aos grevistas, fui procurado por uma comissão deles, ponderando que eu poderia cobrar honorários. Lembravam-se de que eu não abandonara os processos durante o tempo que estive fora do Sindicato, de abril de 64 a setembro do ano seguinte, o mesmo ocorrendo desde outubro de 73.

Confesso que fui tentado a cobrar honorários. Conversei com meus

colegas, que se dividiram a tal respeito, deixando-me livre para a solução final.

Bem refletindo, senti que a nossa dedicação poderia ser empanada se cobrasse honorários. O empenho do nosso trabalho não se mede por honorários. Além disso, tínhamos todos um compromisso com os "novos", que tinham perdido o processo da greve.

Achamos razoável receber, dos que quisessem pagar, 10%, que teriam a seguinte distribuição:

a) pagamento de uma indenização simbólica aos que tinham perdido o processo, inclusive para os lenheiros da **Perus**.

Cada um recebeu Cr$ 2.300,00;

b) os companheiros "novos" que ganharam o processo e os da Copase também teriam o nosso reconhecimento, recebendo cada um Cr$ 1.700,00;

c) o que sobrasse seria destinado a mim, não como honorários, mas como reembolso (parcial) dos bens que destinei aos irmãos em greve.

Essa solidariedade dos "velhos" em relação aos "novos" não esgotou o nosso compromisso com eles. No momento estamos empenhados em ajudar os mais necessitados ou suas viúvas a conseguirem uma casa própria, porque estão sujeitos a despejo em Cajamar. A nossa fé, sempre alimentada com sinais visíveis, nos anima a procurar meios para honrar o nosso compromisso com os "novos", que também vêm descobrindo a força da não-violência evangélica.

Sabendo que problemas menores escapam à decisão do presidente, procuramos outro meio para levantar a intervenção no Sindicato, questão muito importante para os trabalhadores. Franco Montoro debateu a matéria no Senado. O senador Eurico Rezende aparteou, dizendo que o ministro Júlio Barata não responderia, porque eu era "subversivo". A intervenção tinha sido preventiva. Eu estava sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Denunciamos o ministro do Trabalho à OIT - Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, de que o Brasil é Estado-Membro.

Mais uma vez, pacientemente, voltamos a esperar; esperar, não quietos, mas em permanente contato com os trabalhadores, com autoridades.

Três juntas interventoras rebuscaram tudo no Sindicato, em complemento às diligências policiais. Nenhuma delas apurou qualquer fato que pudesse, mesmo com base na jugulante CLT, justificar a intervenção.

O pretexto da intervenção – o meu indiciamento na Lei de Segurança

Nacional, em inquérito que durou quase dois anos, recheado de diligências, depoimentos, juntada de documentos que formaram três volumes na Polícia Federal – já não mais existia, porque ficou patenteado que o nosso "crime" era apenas a luta contra as artimanhas de Abdalla[24].

Mesmo assim o Ministério do Trabalho não levantava a intervenção.

O desgaste humano é grande, e mesmo o "povo eleito" sofreu as conseqüências da prolongada espera.

Um membro da Comissão Permanente dos Trabalhadores se cansou e desistiu, alegando:

– Não dá. Abdalla é muito forte! Ele ainda pode voltar para dirigir a **Perus**.

Mas cinco deles permaneceram fiéis à firmeza-permanente: João Breno, Oscar Gondari Wurzbacher, Reynaldo Pessini, Gino Rezaghi e Sebastião Fernandes Cruz. Santo Camargo substituiu o que se afastou na fábrica. Creio que posso dizer que Santinho pertencia há anos ao grupo "C", descrito na nota (2). A sua mudança de grupo evidencia a possibilidade de crescimento do homem.

A firmeza-permanente sabe que a verdade aparece com o tempo, se a gente não desanima. O que é autêntico prevalece; o mascarado cai.

O fim da intervenção

Os organismos internacionais são lentos nas decisões; às vezes um pouco mais do que os nacionais. Mas valeu a pena esperar: em outubro de 1976, a Frente Nacional do Trabalho, que referendou a denúncia à OIT, recebeu a conclusão da queixa dos trabalhadores da **Perus**.

Em várias laudas, o Comitê de Liberdade Sindical da OIT, depois de fazer um retrospecto do nosso caso e da estrutura sindical brasileira, reprovou o procedimento do ministro do Trabalho ao determinar a desnecessária intervenção no Sindicato. Relembrando que os trabalhadores tinham pedido a realização de uma assembléia geral para resolver seus problemas, em novembro de 1973, acrescentou o Comitê de Liberdade Sindical:

"Nessa assembléia geral se poderiam ter resolvido esses assuntos internos, mas em conseqüência da intervenção das autoridades, requerida pelo presidente, a Assembléia não pode se reunir".

A Comissão Permanente dos Trabalhadores endereçou ao atual ministro do Trabalho, em fins de outubro de 1976, ofício acompanhado

das conclusões da OIT, pedindo o imediato levantamento da intervenção[25].

Fomos atendidos, graças àquele órgão que tão bons serviços tem prestado nessa hora difícil por que passa a América Latina.

Beneficiaram-se também conosco outros seis sindicatos paulistas, que tiveram a intervenção levantada na mesma ocasião.

Como vimos, em Cajamar existia a proibição patronal de que os trabalhadores novos ingressassem no Sindicato. O temor dos trabalhadores admitidos na Socal persistiu mesmo após o confisco da **Perus**, porque o administrador federal em Cajamar era contra o Sindicato. Denunciamos a arbitrariedade, mas só no início de 1977 ele foi afastado de Cajamar.

Também em Perus, muitos trabalhadores, vendo o Sindicato sob intervenção, deixaram a entidade.

Levantada a intervenção do Sindicato, com a determinação de eleições, João Breno procurou formar uma chapa de unidade, consultando os companheiros nas bases. Mas os interventores sentiam-se fortes. Não sabíamos, mas já tinham aprontado uma chapa, com a participação de representantes de outras fábricas, cujos escritórios se localizavam em São Paulo.

Eu mesmo fui chamado para uma reunião em que João Breno se empenhou na chapa de unidade, mas o grupo ligado ao interventor ironicamente afirmou:

– É até bom que haja duas chapas. Será uma prova de democracia.

João Breno aceitou o desafio e às pressas (o prazo para registro das chapas estava correndo) formou a chapa 2, com a participação de empregados admitidos nos últimos anos e "velhos", estes marcados pela luta contra o Grupo Abdalla. Na chapa 2 só havia trabalhadores da **Perus**; isso dificultou a adesão dos companheiros de outras fábricas.

Mesmo assim a chapa 2 venceu. Eis o resultado das eleições em 6 de maio de 1977:

- A chapa 1 teve 155 votos; a chapa 2, 463 votos.
- Em Perus, na fábrica, a chapa 2 obteve 300 votos; a chapa 1, 65.
- Em Cajamar, nas pedreiras, a chapa 2 alcançou 107 votos; a 1, apenas 2 votos.

Creio estar bem evidenciado que não adianta tentar exterminar o grupo que luta pela justiça, quando ele sabe resistir e descobre meios para denunciar a impostura, valendo-se da coragem, da lealdade, do jeito, nas suas várias modalidades brasileiras, da sagacidade, da astúcia e, se possível, da fé – atributos da firmeza-permanente.

Avaliação final

Valho-me, para esta avaliação, do que disse quando do desagravo que recebi na Ordem dos Advogados do Brasil, pelos vários constrangimentos sofridos no exercício da profissão[26]. As experiências que me levaram às observações abaixo são o resultado do trabalho que exerço com seis colegas que optaram pela advocacia trabalhista obreira, em outros sindicatos, do Interior e da Capital, não para conservar a estrutura, mas visando à sua transformação:

1. O trabalhador, tido como fraco, indeciso, indiferente, pode transformar-se num forte, se puder contar com testemunhos dos que fazem com ele e não para ele.

2. A união dos trabalhadores não é fácil, porque grupos ideológicos querem assumir a paternidade dos movimentos.

A expectativa de paz e de guerra em que vivemos hoje é devida a essa tática em que uns poucos têm todos os comandos, só esbarrando com o espírito pacífico – e esmagado – do povo, advertências da Igreja e isolados pronunciamentos de personalidades e instituições que, para os "grandes", são inexpressivos.

3. Estamos todos convencidos de que a ação individual ou coletiva que respeita a pessoa humana, pelo exercício da não-violência ativa ou firmeza-permanente, pode alcançar parcialmente os objetivos. Para isso, precisamos estudar as leis, debater os casos, formar grupos de reflexão, de sustentação. Os abaixo-assinados, reuniões, assembléias sindicais são valiosos instrumentos para a consecução dos objetivos claros, limitados, deixando sempre uma saída digna para o empregador ou adversário. Naturalmente, mesmo agindo assim, corremos o risco de sermos convocados pela autoridade policial.

Aí a gente vai e, sem medo, esclarece a autoridade sobre os fatos. Pode-se ficar lá um pouco mais do que o necessário, mas, deixando a delegacia, a gente continua na firmeza-permanente, em busca da justiça, cuja plenitude jamais conheceremos neste mundo.

4. A resistência obstinada do empregador, que prefere a fraude à obediência à lei, merecerá sempre o corretivo do Poder Judiciário; o remédio pode demorar, mas chega.

5. Os capitalistas bem intencionados nada farão de autêntico nas suas empresas sem a presença consciente dos trabalhadores. Será sempre um paternalismo – familiar, utilitário ou político, mas sempre paternalismo – que deforma a criatividade, a dignidade dos homens.

6. Os trabalhadores também não conseguirão modificar, sem serem organizados e apoiados, a estrutura da empresa.

7. O importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, na família, na fábrica ou na sociedade. Ser firme não quer dizer ser o dono da verdade, mas estar disposto sempre a descobrir a verdade para a realização da justiça para o homem todo e todos os homens.

8. Para agir, precisamos conhecer os fatos; apreciá-los com base na lei, na justiça social e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma vez escolhido o objetivo, tomada a decisão pelo grupo responsável, temos de ir em frente. Podemos parar; saberemos esperar, dias, meses, anos, mas não desistiremos se tivermos a convicção renovada do nosso direito. O agir é que vai demonstrar a qualidade da lei; se for frágil ou mantiver privilégios, devemos denunciar e lutar pela sua supressão ou modificação.

9. O modelo brasileiro certamente não é o que o presidente Geisel impôs à nação em abril de 1977. Já se fala em novas reformas, asseguradoras de privilégios, que não enfrentam as multinacionais.

10. O movimento ecumênico e humanitário se desenvolve na defesa dos direitos humanos. A Igreja Cristã tenta, humildemente, com altos e baixos, dar sua contribuição e apoiar a luta que se vale de meios puros, respeitando a pessoa humana, na busca da justiça. Nós fazemos parte dessa comunidade e estamos nos esforçando para ficarmos fiéis à palavra do Bom Pastor.

Reconciliação

Termino como terminei na sessão de desagravo na OAB, em novembro de 1975. A ocasião é ainda mais propícia, porque sei que o Dr. J.J. Abdalla está doente:

"Finalmente, num gesto de profunda reconciliação que nos leva a todos a reconhecer as nossas imperfeições e as qualidades do adversário, tenho a dizer que jamais pensei em me valer da faculdade estabelecida no art. 339 do Código Penal. Pela segunda vez sou vítima do indiciamento em inquérito policial, cuja paternidade é devida ao Grupo Abdalla. Durante vários anos sofri variados constrangimentos no exercício de minha atividade profissional, notadamente a partir do segundo trimestre de 1973, sendo dispensado do Sindicato, por estar 'incurso na Lei de Segurança Nacional'.

Arquivado o inquérito, poderia acionar o art. 339 contra a diretoria do Grupo Abdalla, que deu causa à instauração de investigação policial, imputando-me crime inexistente. Isto é punível. A pena é de reclusão.

Mas deixo de fazê-lo porque meu objetivo não é pressionar, perseguir

ou processar criminalmente ninguém, mas defender aqueles a quem se costuma sonegar direitos consagrados na lei.

Assim posso contribuir, espero, para o reconhecimento das culpas mútuas, o que nos propiciará uma vida nova."

Notas

(1) O amor à verdade em que se apóia esse resumido depoimento me leva a relembrar estes episódios, para demonstrar as dificuldades que encontramos antes e depois de 1964. Somos acusados de "capitalistas" e de "comunistas". Prisões, calúnias, temos suportado, mas sentimos que com o tempo a verdade aparece. Esperamos oportunamente editar um livro com toda a história da **Perus**, bem como outros cadernos recordando o nosso testemunho em outras greves e experiências para mudança da estrutura da empresa, sempre nos valendo do contrato coletivo pelo método da não-violência, que nos últimos anos vimos chamando de "Firmeza-Permanente".

(2) Encontrei os trabalhadores divididos em três grupos em torno dos seus chefes:

Grupo "A" – reunindo os afilhados; os "puxa-sacos";

Grupo "B" – conhecido por grupo de base, que se interessava pelos problemas coletivos; eram os lutadores que freqüentavam o sindicato;

Grupo "C" – era o maior, com a alcunha de "carneiros".

Essa divisão existe em todas as fábricas, rareando cada vez mais o grupo "B", por causa do Fundo de Garantia e da estrutura sindical sem liberdade.

(3) Todos os fatos relatados estão comprovados em jornais, documentos e resumidos no jornal de 16 folhas – *O Queixada* – tablóide editado por nós em dezembro de 1958, como suplemento da revista *Mundo Melhor*, quando lançamos apelo para continuação do movimento que mais tarde, em maio de 1960, deu origem à Frente Nacional do Trabalho.

(4) Davi Nasser, em reportagem sobre a vida de Abdalla, publicada na *Manchete* da primeira semana de janeiro de 1977, afirma que "por onde Abdalla passava os sinos abdallavam".

(5) Podia, com testemunhas tão valiosas, processar Abdalla criminalmente. Mas isso era menos importante do que assessorar os trabalhadores. Por outro lado, creio que não processar por ameaça de morte era dar testemunho de não guardar rancor.

(6) Era e é comum o empregador despedir empregado sem lhe pagar corretamente os direitos. Anos depois é que surgiu a lei que determina que o Sindicato assista o empregado na hora da dispensa, quando ele tem mais de um ano de serviço. Para os que têm menos de um ano, a fraude continua.

(7) Quatro anos depois é que Franco Montoro, então ministro do Trabalho, propôs a instituição do salário-família, inspirado na reivindicação dos "queixadas" da **Perus**. Antes conseguimos o salário-família em outras três indústrias.

(8) O presidente Geisel, ao impor reformas políticas, fechando o Congresso em abril de 1977, está correndo sério risco. Baseou sua reforma na maioria de vereadores eleitos nos pequenos municípios, onde o MDB sequer tinha candidatos. Dentro de alguns anos, se houver um mínimo de vitalidade política nos pequenos municípios, o sucessor de Geisel será tentado novamente a mudar o sistema eleitoral.
(8a) Como previmos, áreas políticas estão interessadas em implantar a eleição

distrital, melhor forma de exprimir a vontade do eleitor, que, assim, estará ligado ao eleito, que precisa de subsídios e constante vigilância. (MCJ, maio de 1992)

(9) Esse episódio já foi recordado no memorial impresso *A Greve da Perus nos Tribunais* (1.000 exemplares); em 1967, na *Revista LTr.* janeiro-fevereiro de 1968, e na revista *Vozes*, em março de 1968.

(10) Recordo que além de *O Estado de S. Paulo*, *Última Hora*, o *Correio Paulistano* e o *Diário Popular* foram os melhores porta-vozes dos grevistas, na imprensa de São Paulo.

(11) O inteiro teor do pedido de intervenção no Sindicato e das duas queixas-crime foi publicado como matéria paga nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, em agosto de 1962. Além disso, o Grupo Abdalla mandou imprimir milhares de folhetos com a mesma matéria para divulgar entre o povo. Na minha própria casa encontrei os panfletos debaixo da porta.

(12) Rodolfo, que queria matar Abdalla, morreu antes do fim da greve; Sérgio, que não duvidou da proteção de Deus, voltou ao trabalho em janeiro de 69 e ainda lá se encontra.

(13) A farinha de trigo e outros alimentos vinham dos Estados Unidos e nos eram doados pela Igreja. No entanto, o maior apoio surgiu aqui mesmo.

(14) Na greve de fome sobressai o protesto do grevista; se pudesse, ele gostaria de acabar com o opressor. No jejum, o participante pacientemente espera e ora, para que o causador do jejum empregador ou autoridade reveja a sua posição de iniqüidade e se liberte dos demônios que o cercam.

(15) O *Diário da Noite*, de 7-1-63, publicou na íntegra a carta do Cardeal Motta.

(16) Quatro anos mais tarde o juiz foi compulsoriamente afastado da Justiça do Trabalho; passou, então, a ser advogado do Grupo Abdalla.

(17) Possuo testemunhos de que a pressão fora feita para evitar o meu reingresso no Sindicato. Não limitei a ação contra os demandos do "mau patrão" na **Perus**. Com outros sindicatos e federações, formamos, em 1965, o "Pacto Anti-Abdalla", merecendo a simpatia de algumas autoridades, entre elas o Sr. Benedito Matarazzo, então secretário do Trabalho.

(18) A volta ao serviço foi possível graças à estabilidade, que sofreu golpe de morte em 1967, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, lei que surgiu por pressão das multinacionais no Brasil, exatamente quando os trabalhadores da indústria automobilística iam completar 10 anos de casa.

(19) Abdalla, astuto e melífluo, convencera as autoridades de que eu era o fomentador da discórdia e que, se eu fosse afastado, tudo se resolveria bem. Por isso dobrei o prazo solicitado.

(20) Em três artigos publicados no semanário *O São Paulo* relatei posteriormente as três prisões que sofri. A terceira foi no DOI. Questionado sobre todo o nosso trabalho, em longos interrogatórios, a tudo respondi com tranqüilidade. Depois que fui liberado, apresentei voluntariamente longa exposição escrita, acompanhada de documentos. Acho que se convenceram da seriedade do nosso trabalho. Não fui

a flor do pessegueiro".

O importante é saber lutar pelo método da não-violência ou firmeza-permanente, que exige paciência, muita paciência.

Relação das entidades

- Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores de São Paulo
- Federação dos Trabalhadores em Transporte do Estado de São Paulo
- Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo e Mato Grosso

Federações dos Trabalhadores nas Indústrias:

- de Vidro, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana do Estado de São Paulo
- da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo
- do Papel e Cortiça do Estado de São Paulo
- Extrativas do Estado de São Paulo
- Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo
- do Vestuário do Estado de São Paulo
- da Alimentação do Estado de São Paulo

E os seguintes Sindicatos dos Trabalhadores:

- em Empresas Ferroviárias de São Paulo
- Metalúrgicos, Mecânica e Material Elétrico de São Paulo
- na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo
- na Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel e Papelão de São Paulo
- na Indústria de Vidros, Cristais e Espelhos no Estado de São Paulo
- em Borracha de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André
- na Indústria de Mármores e Granitos de São Paulo
- na Indústria de Papel e Artefatos de Papel e Cortiça de São Paulo
- nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Outras
- na Indústria Extrativa de Campinas e Vinhedo
- na Indústria Extrativa de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão
- na Indústria de Extração de Mármores, Calcário e Pedreiras de São Paulo
- na Indústria de Extração de Mármore, Calcário, Pedreiras e Barreiras de Ribeirão Pires
- na Indústria de Fibra, Vegetais, Descaroçamento de Algodão e Extração de Óleos Vegetais e Animais de Rancharia
- em Carnes e Derivados de São Paulo
- na Indústria da Construção Civil

- nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Aveia, Arroz, Sal, Azeite, Óleos Alimentícios e Rações Balanceadas de São Paulo
- nas Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral de São Paulo
- em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais do Estado de São Paulo
- na Indústria da Fiação e Tecelagem de Jundiaí
- na Indústria da Alimentação de Jundiaí
- na Indústria do Papel, Celulose, Pasta de Madeira de Jundiaí
- na Indústria do Papel, Celulose, Pasta de Madeira de Caieiras
- na Indústria de Alimentação de Pirajuí
- nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo
- nas Indústrias de Chapéus, Guarda-Chuvas e Bengalas de São Paulo

E Sindicatos dos Empregados:

- em Escritórios de Empresas de Transporte Rodoviário no Estado de São Paulo
- em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito do Estado de São Paulo
- no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo
- em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
- em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais de São Paulo
- Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas, Chapéus de Senhoras de São Paulo
- Sindicato dos Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo

A última greve, em 1986, e o fechamento da fábrica

Antonio Nobre
Cláudio Soares de Azevedo
Mário Carvalho de Jesus
Sidnei Fernandes Cruz

Em 15 de outubro de 1986 a fábrica parou novamente, em função da má administração da **Perus**, e também porque ao cartel interessava, e interessa ainda hoje, eliminar o concorrente incômodo que fazia vendas sem emitir nota fiscal. É que foi interrompido o fornecimento de clinquer pela Votoran. Mais uma vez o Sindicato dos "Queixadas", preocupado com a sorte dos companheiros, se dispôs a ajudar a direção da **Perus**. O sr. José Cury, assessor financeiro da empresa, nos procurou para obter da Votoran a entrega do clinquer. Já tínhamos conversado antes com os trabalhadores sobre essa possibilidade, e decidido que poderíamos voltar a pressionar o principal grupo do cartel cimenteiro com uma condição: a **Perus** devia se obrigar a equiparar os nossos salários aos pagos pela Votoran aos seus empregados da moagem de cimento no Jaguaré, em São Paulo. O sr. José Cury concordou, e, por duas vezes, acompanhamos uma comissão de trabalhadores aos escritórios da Votorantim, onde fomos atendidos com certa apreensão. É que, quando da paralisação de 84, realizamos denúncias públicas contra o cartel, agrupando mais de uma centena de trabalhadores defronte aos escritórios da Votorantim na Praça Ramos de Azevedo. A princípio a direção da Votorantim alegou que estava com alguns fornos danificados, sendo obrigada a suspender o fornecimento de clinquer para a **Perus**.

Sem reserva, demonstramos ser o argumento insustentável, pois tínhamos informações do Sindicato de Itapevi, onde se encontram os fornos, em sentido contrário. Propusemos mesmo visitar a Fábrica Santa Rita em Itapevi... e o representante do segundo escalão da Votorantim nos pediu para voltarmos no dia seguinte. Voltamos, quando recebemos a notícia de que a **Perus**, em breves dias, seria reabastecida com o clinquer. Anunciamos o fato aos trabalhadores e ao sr. Cury, que pela segunda vez trazia a minuta de um acordo que não pudemos aceitar, porque condicionava a equiparação de salários dos trabalhadores da **Perus** ao fornecimento pela Votorantim do dobro da

tonelagem de clinquer que a **Perus** estava recebendo. Comunicamos o fato à direção do Sindicato e aos trabalhadores que se reuniam todas as noites na sede do Sindicato.

A proposta do sr. Cury foi rejeitada no dia 29 de outubro.

No dia seguinte, mais cedo do que esperávamos, começou a chegar à fábrica em Perus o clinquer. Mas os trabalhadores se recusavam a voltar ao serviço, porque não havia nenhuma promessa escrita de equiparação salarial. O sr. Raul Landini, engenheiro da **Perus**, tentou persuadir os trabalhadores a retornarem às suas máquinas, afirmando que Mário estava no escritório da **Perus**, em São Paulo, assinando o acordo. Os trabalhadores não acreditaram, porque o presidente do Sindicato estava em Perus, a 25 km do centro de São Paulo, e eles sabiam que jamais Mário iria assinar um acordo sem antes ter sua aprovação numa assembléia. Sentimos que o sr. Abdalla Filho, presidente da **Perus** e sobrinho de J.J.Abdalla, pretendeu retomar a ameaça de seu tio de destruir os "queixadas", pois em 1962 o então deputado federal J.J.Abdalla proferiu a sua profecia: "Eu sou a lâmpada e os empregados são as mariposas; um a um virão a mim, e eu os destruirei". Como em 1962, a segunda geração queria o confronto, a greve.

A estratégia de Abdalla

1. Contratou um dos mais renomados escritórios de advocacia patronal, chefiado por dois eminentes professores.

2. Naturalmente o prestígio daqueles mestres conseguiu transformar a justa recusa de retorno ao serviço quando da chegada do clinquer em uma greve ilegal, por simples maioria de votos no Tribunal do Trabalho. (O Tribunal costuma preferir julgamentos rápidos quando se trata de apreciar paralisações de serviços essenciais; não é o caso do setor de cimento, cuja fábrica já estava paralisada). Acrescentamos que a recusa de voltar às máquinas encontra apoio até no Código Civil, precisamente no artigo nº 1.092.

3. A firmeza dos trabalhadores levou-os a persistirem nos seus locais de trabalho diante das máquinas paradas, mesmo com a proclamação, sempre ameaçadora, de que a greve era ilegal. (O Tribunal, ao longo dos anos, tem servido de biombo ameaçador com a costumeira declaração de ilegalidade das paralisações, porque, reconheçamos, a legislação patronal militar sempre incentivou esse tipo de julgamento. Após a Constituição de 88, os julgadores, mesmo considerando algumas greves abusivas, têm reconhecido as reivindicações dos Sindicatos, ao menos parcialmente).

4. A administração da **Perus** dispensou sumariamente mais de 80 empregados optantes pelo Fundo de Garantia e ajuizou 33 inquéritos para dispensar dirigentes sindicais e empregados antigos que gozavam de estabilidade e que não optaram pelo Fundo de Garantia.

5. Chamou a polícia, sempre solícita à convocação patronal, para garantir a entrada dos "furões" da greve.

A Polícia Militar Estadual fez mais:

a) ia buscar operários aposentados para "furar" a greve;

b) como isso ainda não era suficiente para colocar todas as máquinas em funcionamento, contratou policiais à paisana para trabalhar como operários, ganhando o dobro.

6. A **Perus** pediu abertura de inquérito na Polícia Federal contra dirigentes do sindicato e contra Mário, sob a alegação de que estávamos impedindo a "liberdade de trabalho".

A defesa não-violenta dos trabalhadores

Acreditando que conseguimos sempre chegar a um bom resultado, não só pelas nossas forças, mas também porque o adversário comete erros ("Confundi, Senhor, meu adversário"), organizamos a resistência:

a) os empregados novos e velhos (estes em 33 inquéritos) impedidos de ingressar na fábrica procuravam persuadir os "furões": "Você não quer ganhar igual aos companheiros da Votoran, como a **Perus** prometeu? Olhe que são mais de 50% de diferença". Alguns respondiam que Abdalla estava dando um aumento extra, e que a polícia garantia o funcionamento da fábrica;

b) até o dia 14 de novembro de 86, algumas máquinas funcionavam, mas não havia cimento para ser vendido, embora caminhões de compradores formassem fila para receber cimento;

c) diante do anúncio de que no dia 14 a polícia ia acabar com o piquete, engrossado com familiares dos trabalhadores, resolvemos fazer uma preparação para o confronto. No domingo cedo fizemos um psicodrama, um treinamento em que parte dos operários fazia o papel de policial, com um pedaço de pau na mão, enquanto outros faziam piquete para valer.

Depois os papéis foram trocados. No fim fizemos uma avaliação, que concluiu: "dependendo do propósito e do número de policiais, pode dar certo". Terminamos pedindo que todos estivessem nas imediações da fábrica no dia seguinte às 5 da manhã. E quem pudesse devia trazer mulher e filhos.

O confronto

Na hora marcada estávamos reunidos; o jovem advogado Melchi fazia cobertura com uma câmara de videocassete. Foi comovente ver mães com filhos ao colo antes de amanhecer. Às 6 horas chegaram vários caminhões conduzindo policiais, sob o comando de um capitão, que ordenou o desfazimento do piquete. Os "queixadas" e suas mulheres e filhos permaneciam firmes. A tropa tomou posição para a prática da costumeira violência em tais casos. Foi então que nos adiantamos para tentar um diálogo com o capitão. Relatamos-lhe os antecedentes e ele pareceu demonstrar alguma sensibilidade.

Sugerimos:

– Capitão, será que não dá para conversarmos com Toninho (Antonio João Abdalla Filho). Ele não está dentro da fábrica?

O Capitão confirmou a presença do presidente da **Perus**, do advogado e do assessor financeiro Cury. O Capitão prudentemente deu um telefonema, pedindo autorização para levar uma comissão de trabalhadores e seu advogado. Diante da permissão dada, uma comissão de 10 pessoas caminhou os 300 metros que separam o portão da entrada do refeitório da **Perus**, onde a administração nos esperava de pé e com expressão dominadora. Formou-se um círculo e Mário logo tomou a palavra:

– Toninho, podemos resolver o impasse. Você sabe que a fábrica estava parada por falta de clinquer e nós, como em 1984, pressionamos o cartel do cimento. Montoro, pelo Banespa, ajudou-nos com financiamento, a nosso pedido. Fizemos tudo em 84 sem alcançar nenhuma vantagem, a não ser a manutenção de empregos para uma centena de trabalhadores. Agora o seu porta-voz, sr. Cury, nos garantiu que se conseguíssemos o clinquer, nosso salário seria equiparado ao dos trabalhadores da Votoran...

Ele aparteou incisivo:

– Não tenho porta-voz!

Estranhamos a desculpa, pois tínhamos feito inúmeras gestões com o sr. Cury, que estava ali, ao lado de Toninho. Olhamos para Cury, mas ele baixou a cabeça. Não havia mais clima para o prosseguimento do diálogo mal iniciado. O Capitão cumpriu sua tarefa:

– Vamos embora!

Na volta, por várias vezes o Capitão nos advertiu:

– Tirem o pessoal do piquete, senão...

Respondemos:

– Vamos comunicar aos trabalhadores o que aconteceu no escritório e

eles decidirão.

Combinamos com o presidente e os demais diretores que Mário recordaria o que se tinha passado. Depois Sidnei colocaria em votação o que deveríamos fazer. Mário tomou o microfone para que todos ouvissem, inclusive os mais de 100 policiais armados, e disse:

– Estamos num impasse. Toninho negou que o Cury estivesse autorizado a negociar em nome dele.

Alguém aparteou:

– O Cury não estava lá?

– Estava, respondeu Mário. Não só ele, mas também o advogado que acompanhara os entendimentos. Nada disseram.

E após outras considerações, concluiu:

– O Capitão nos pediu a dissolução do piquete. Nós dissemos que não; que era preciso primeiro comunicar o que houve e depois vocês decidirão. Eu estarei com a maioria. Pondero que não temos força política nem de homens para agüentar. Teremos pela frente um processo trabalhista, mas poderá haver também um processo criminal, tudo dependendo do desfecho do que vai acontecer aqui. Repito: ficarei com a maioria. Se a decisão for para ficar no lugar, vamos repetir o que fizemos ontem no treinamento, quando nos preparamos para este momento. A gente vai sentar no chão e resistir. Podemos até ser presos, mas não vamos fugir.

Mário repetiu a frase cunhada faz anos:

– Quem luta pela justiça pela não-violência não pode perder; pode apanhar, ser perseguido, preso, processado... pode até morrer, mas não pode perder. A mística deve estar presente: é preciso crer na força da Verdade.

Ouviam-se manifestações:

– Resistir! Não sair!

Eram dos dirigentes e operários mais quentes. É normal que não se encontre a unanimidade em assembléias sindicais ou políticas. Esta proposta de se adotar o método da não-violência tem sido aceita mesmo nos congressos partidários: é a utilização de meios éticos com absoluto respeito à Verdade e à pessoa do adversário, cujos erros são denunciados na esperança de que mude seu comportamento.

Sidnei, tomando a palavra, resumiu a situação. A polícia ouvia contrafeita. Queria entrar em ação, mas o presidente do Sindicato não se apressou e finalizou:

– Nós vamos votar. Sei que a decisão não vai ser unânime. Mas, depois da decisão, todo mundo deve seguir a maioria.

E perguntou:

– Quem acha que não deve sair e aguardar todas as conseqüências, levante a mão!

Um passo atrás

Era realmente uma minoria. Decidimos abandonar o piquete, permitindo que os caminhões passassem, e fomos para o Sindicato, fazer avaliação e preparar a resistência. Éramos veteranos da greve de 62, cujo processo durou quase 7 anos. Guardamos bem os nomes dos poucos que queriam o confronto com a polícia. Com o passar dos anos, quase todos os que tinham uma tendência à violência concluíram que a nossa estratégia de dar um passo atrás, no dia 14 de novembro, fora acertada. Menos um, que recordou a frase de Gandhi: "Se você não puder ser não-violento, seja violento. O que você não pode ser é covarde". Cremos que com o tempo ele também se unirá aos outros que queriam o confronto e resolveram voltar atrás. Ele ganhou o processo. Já voltou para a fábrica, mas como esta se encontra paralisada desde março de 87, está com os salários garantidos sem exercer atividade além do trabalho no Sindicato, devendo receber a remuneração do tempo da greve – algo superior a 30 milhões de cruzeiros – em junho de 92. Ademais, não existe eficácia da violência isolada em casos coletivos, quando a maioria opta pela não-violência.

A marcha processual

1 – Como dissemos, tivemos que fazer a defesa um a um dos 33 empregados que gozavam de estabilidade. Fizemos mais de 10 acordos, para aqueles empregados que estavam em condições de se aposentar. Os outros continuaram e continuam nos processos, onde os advogados patronais se valem de todos os recursos para retardar as decisões finais. Oito deles já foram reintegrados. Voltaram à fábrica, mas nada fazem, porque a maioria das máquinas foi vendida como sucata. A verdade nos manda dizer que perdemos dois processos de empregados que gozavam da estabilidade sindical. Os julgadores acharam que houve "violência". Perdemos também um processo de 32 companheiros novos de casa, também por ter ocorrido "violência" na greve.

Bem sabemos que "cada cabeça, uma sentença". Devemos dizer, no entanto, que há juízes que têm uma prevenção contra qualquer greve. Em nosso caso, a **Perus** se valeu de uma briga, longe da fábrica, fora do horário de expediente, mais de 10 dias após o 14 de novembro,

envolvendo um mecânico, que antigamente pertenceu à diretoria do Sindicato, e que em 1977, bafejado pela administração federal, disputou a eleição com João Breno, perdendo fragorosamente por 155 votos contra 463, como relatado no capítulo anterior. Do outro lado estava um ex-empregado da **Perus**, dispensado há mais de 2 anos. Era uma rixa antiga em que o "furão" da greve teve um esquentamento de orelha.

Pois bem, a administração da **Perus**, que sempre teve a autoridade policial ao seu alcance, pediu a abertura de inquérito. Depois de 2 anos o processo-crime foi julgado e o agressor foi absolvido. No entanto, esse episódio foi explorado na reclamação dos 32 trabalhadores que perderam a questão.

2 – Buscando sempre a verdade e denunciando as fraudes, fizemos requerimento ao secretário da Segurança, pedindo abertura de sindicância contra policiais contratados pela **Perus** para furar a greve e ganhando o dobro em relação aos empregados chamados de "pelegos". A sindicância foi demorada, testemunhamos a corrupção. Houve acareação.

Finalmente apurou-se a "empreitada" de alguns policiais, que foram punidos.

3 – Solidariedade aos que perderam o processo

Como ocorreu na greve de 1962, em que uma parte dos empregados novos perdeu o processo, também agora repete-se o gesto de solidariedade dos que ganharam em relação aos que perderam: nas reuniões sindicais entre estes dois grupos ficou acertado que os ganhadores darão 5% do montante recebido para um Fundo de Solidariedade, dirigido por uma comissão mista. Também Mário, que há vários anos nada recebe do Sindicato como advogado, destinará 5% dos honorários dos processos individuais àquele fundo.

No próximo Natal de 1992, esperamos fazer a partilha inicial, levando em conta o critério da necessidade.

4 – "Deus escreve certo por linhas tortas"

Como vimos, na paralisação de 86, socorremos o empregador sem crédito para que a fábrica tivesse restabelecido o fornecimento de clinquer, mediante a promessa de equiparação salarial com os companheiros da Votoran no Jaguaré. Decorridos exatos 6 anos, podemos afirmar com segurança que, graças à firmeza do Sindicato dos "Queixadas", os trabalhadores da greve estão voltando a receber os salários. E os que lá permanecem parados, na data-base, outubro de 91, recebiam salário maior do que os trabalhadores da Votoran.

Como dizia Sto.Agostinho: "os homens se agitam e Deus os conduz".

Por dever de justiça, devemos consignar que o sr. Ronaldo Chohfi,

diretor da **Perus**, após a morte de Sérgio Stephano Chohfi, vem honrando os compromissos assumidos com o Sindicato depois da greve de 1986, no tocante ao pagamento dos salários da greve aos empregados que estão retornando ao serviço por decisão judicial, embora permaneçam parados na fábrica.

À direção da **Perus** parece mais interessante pagar salários mês a mês, julgando poder transferir para a Prefeitura a responsabilidade dos processos perdidos. Vamos tratar disso após o decreto de declaração de utilidade pública, pois a desapropriação pode ser amigável ou judicial. O valor a ser pago é histórico. Não existem máquinas úteis. As poucas restantes estão sendo vendidas como sucata, conforme denúncia do Sindicato.

Com a desapropriação, abre-se o diálogo entre a Municipalidade e a direção da **Perus** para se definir quem vai assumir os encargos trabalhistas, fiscais e outros, tudo dependendo do balanço.

Parte 2
A transformação da Perus

Projeto Cultural para a Fábrica de Cimento Perus

Introdução

O distrito de Perus, na capital de São Paulo, foi palco, nas décadas
50 e 60, das mais longas greves da história do país. O movimen
operário, conhecido como Greve dos "Queixadas", mobilizou à épo
os mais diversos setores sociais, teve cobertura na imprensa, foi ter
de documentários, teses acadêmicas e repercutiu em todo o Brasil
mesmo fora de suas fronteiras.

Toda essa importância não decorreu apenas de sua longa duração, m
ainda pelo caráter não-violento que norteou a resistência operária.

É significativo assinalar que o movimento soube incorporar demand
sociais que só recentemente adquiriram plena maturidade, pois qu
para além da simples reivindicação trabalhista, a Greve d
"Queixadas" trazia em seu bojo outros elementos fundamenta
Antecipou algumas questões que vieram a se tornar na década atua
cerne das ações políticas de movimentos organizados de amplitu
internacional e de governos do assim chamado primeiro mundo.

Naquele momento, vinculada à poluição provocada pelo pó de cimen
lançado à atmosfera pela fábrica, com todas as conseqüências nocív
às pessoas e ao meio ambiente, constou da pauta das negociações
sindicato dos trabalhadores o item relativo à preservação ambiental.
ponto de vista efetivamente histórico, o movimento dos trabalhador
da Cimento Perus adquiriu uma dimensão que lhe assegura o direito
figurar entre os grandes processos sociais transformadores de ur
época.

Vitorioso não apenas pelos resultados de curto prazo que alcançou, m
ainda em função das preocupações centrais da sociedade moderna
movimento dos trabalhadores da **Perus** exerceu considerável influên
no meio sindical, político e social, através de um combate que alia
formas de luta originais com reivindicações que extrapolavam
próprios marcos espaciais da fábrica onde acontecia.

Sendo assim, que outro reconhecimento mais significativo poderia
dado a um movimento que incorporou, de fato, a idéia de Preservaç
em suas lutas, senão o de realmente preservar todo o mundo materi
e também fundamentalmente imaterial, onde viveram, sonhara
trabalharam e lutaram esses homens?

Proposta

As considerações acima estiveram sempre presentes desde o primeiro momento, quando a Comissão dos Trabalhadores Aposentados da Fábrica e outros segmentos da comunidade local iniciaram a discussão da utilização do espaço da fábrica de cimento, desativada há quase 5 anos, e continuamente esvaziada pela venda de seus equipamentos como sucata.

A providência inicial seria propor o "tombamento" da fábrica, medida nem sempre capaz de garantir a preservação do patrimônio.

A par de outras informações também coletadas, como o montante da dívida dos antigos proprietários para com a União, o Estado e o Município, foi se delineando a possibilidade da "desapropriação" da área da fábrica e seu entorno, onde se localizam imóveis que estiveram interligados ao processo industrial de produção de cimento, além das construções destinadas à moradia dos trabalhadores, técnicos e administradores, conjunto bastante significativo do contexto sócio-econômico local.

Nas inúmeras reuniões realizadas na sede do Sindicato, foi se construindo, então, ainda que de forma embrionária, o conjunto daquilo que sintetizaria em linhas gerais o projeto que desejamos para perpetuar o patrimônio espiritual e material da **Perus**.

Cabe a princípio preservar a área habitacional, guardando ainda hoje suas características originais, onde residiram e ainda residem os operários ou seus descendentes.

Cabe também preservar as construções industriais da fábrica, com seus galpões, escritórios, oficinas, fornos, máquinas, equipamentos e ferramentas; seus pátios, guaritas, silos e plataformas; o refeitório e as áreas de lazer e recreação e as áreas esportivas. Tudo isso lembra onde e como viveram os "Queixadas".

E isso constitui a materialização, em espaços e objetos, de sua cultura e de sua herança.

Mas preservar não pode ser entendido, neste contexto, como congelar, manter intocável, inacessível, sagrado, pois tal conotação é totalmente estranha para todos aqueles que confundiram suas próprias vidas com as ações que desempenharam ali. Nada seria mais incoerente com a preservação da memória dos trabalhadores da Perus do que a mumificação das coisas para conservá-las.

Trata-se, portanto, de fazê-las hoje presentes naquilo que têm de mais vivo e dinâmico, retomando sua memória para que sirva de alicerce na construção da história que é e que será. Neste sentido, cumpre pensar

os prédios e espaços da velha fábrica como palco privilegiado daquelas atividades que contemplem tal perspectiva dinâmica.

O objetivo definido aponta para a organização de um conjunto cultural, de lazer e esporte, onde propomos a utilização dos prédios e instalações da fábrica como centro de cultural destinado ao trabalhador.

A restauração e adequação do conjunto às atividades propostas implica sua colocação à disposição de todos os cidadãos, propiciando espaços e equipamento às manifestações artísticas mais variadas, ao lado de um centro de documentação e pesquisa que preserve e enriqueça os temas.

Finalizando, queremos registrar que a presente proposta não pode e não pretende colocar-se dissociada da situação sócio-econômica do distrito de Perus, palco histórico dos acontecimentos.

Mas neste momento não pretendemos aprofundar uma análise nem formular soluções que possam vir a descaracterizar a essência da proposta, apontando saídas imediatistas que a nosso ver não se viabilizariam.

Daí não podermos acreditar possível, no momento, reservar áreas para a implantação industrial ou de conjuntos habitacionais, porque a vocação de pólo turistico parece impor-se claramente, pois foi o acaso que colocou a fábrica junto à área Verde do Parque Anhangüera, interligando-os pela Estrada de Ferro Perus-Pirapora, cujo "tombamento" pelo Governo Estadual data de 1987.

A possível reativação da ferrovia acabará por significar grande atrativo para a cidade dentro de seus próprios limites, reforçando a proposta do Centro Cultural de Perus.

Atenciosamente

Comissão Pró-Centro de Cultura Operária-Perus

Apoio

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo
Associação dos Aposentados de Perus
Secretaria Municipal de Cultura
Centro Cultural "Ajuá" Perus
F.N.T. – Frente Nacional do Trabalho
SERPAJ – Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência
Comunidades Eclesiais de Base-Perus
Advocacia Carvalho de Jesus
Grupo de Professores Perus
Grupo de Teatro "Se me deixam falar" – Perus

Porque construir um centro cultural em Perus

Cláudio Soares de Azevedo

Estamos revivendo uma campanha, já lançada em 1971, para a construção de um centro cultural na Fábrica de Cimento Perus, hoje desativada há 5 anos.

Com o tombamento da Estrada de Ferro Perus a Pirapora, em 1978, pelo Governo Estadual, e sua revitalização agora incentivada por várias entidades locais, além dos estudos em desenvolvimento na Secretaria Municipal de Cultura para o tombamento da própria fábrica e das vilas operárias, nosso projeto ganha forte impulso.

Neste momento, a participação de todas as escolas da região é decisiva, não só como transbordamento da ação educativa, mas ainda como reforço à efetiva integração na comunidade.

Como teatro de uma ação social permanente, Perus exige instalações adequadas à reunião dos cidadãos e ao desenvolvimento de processos sociais significativos. Assim como a igreja e a escola, toda a infra-estrutura da cidade deve ser colocada a serviço das necessidades sociais de sua população, não sendo justo permaneçam ociosos os 16 mil metros quadrados de área construída na velha fábrica, praticamente dentro da cidade hoje. Como um produto do tempo, a cidade é um molde dentro do qual a existência humana se resfria e condensa, dando forma duradoura, por meio da arte e da técnica, a realizações que de outra forma acabariam se perdendo, não deixando atrás de si meios de renovação e de participação mais amplos.

Na cidade o tempo torna-se visível, preservando a memória da história e da cultura do ambiente como verdadeiro habitat social. É graças ao fato social da preservação que, na cidade, o tempo vem desafiar o tempo nessa obra de arte coletiva, onde o espaço é, a todo instante, engenhosamente reorganizado a serviço da pessoa humana, não somente nas tarefas práticas da produção em geral, mas ainda na confraternização diária de seus concidadãos. O que caracteriza a cidade é sua "diversidade social de propósitos", representando todas as possibilidades de humanização do meio ambiente e de toda a naturalização da herança humana, construindo uma conformação cultural e dando uma exteriorização traduzida em formas coletivas

permanentes. A cidade funciona assim como um órgão especializado de transmissão dos valores, acumulando e incorporando heranças culturais locais e universais. No atual caos cristalizado de nossos dias, freqüentemente, não conseguimos distinguir claramente a importância e o valor de acontecimentos que se situam para além do padrão geral da conquista mecânica mais imediata e das formas capitalistas utilizadas na exploração da pessoa humana e nas estratégias de coerção política.

São assim apresentados, destituídos de maior valor, o equilíbrio emocional da pessoa na cidade e sua diversificada possibilidade de associação: o que conta são as abstrações mais pragmáticas do dinheiro, da propriedade e do poder político conquistados.

Para conseguir alterar, desde já, todos esses métodos de vida parasitários e predatórios atualmente vigentes, precisamos estimular, de todo modo e insistentemente, as formas de cooperação e de uma sadia prática da cidadania, objetivo maior do centro cultural sonhado para Perus e para toda a cidade.

Estamos começando a discussão do Projeto do Centro Cultural justamente pela escola, lugar privilegiado da descoberta e da participação, para que os alunos e seus familiares, os professores, os técnicos escolares, diretores e funcionários incorporem ao exercício efetivo da cidadania este processo solidário e democrático de preservação do nosso patrimônio coletivo.

A Palavra do Cardeal Arns

São Paulo, 25 de janeiro de 1992 – Dia de São Pedro e São Paulo

Aos
Trabalhadores da Cimento Perus, Entidades e Comunidades Solidárias na Longa Caminhada

Paz e Bem!

Inteirado, por mais de uma fonte, do que acontece e está para acontecer com vocês e suas moradias, venho confirmar a minha inteira solidariedade, manifestada ainda quando era Bispo Auxiliar da Arquidiocese.

Recordo que o primeiro sinal de alívio que vocês e a população de Perus tiveram, foi quando da desativação dos fornos que poluíam grande parte de Perus. Foi certamente o coroamento da campanha "O pó de cimento esmaga a vida"; desde 1983 a fábrica apenas moía a matéria-prima fornecida por uma multinacional, mas um ano depois, como escrevi em artigo publicado em *Notícias Populares*, a fábrica esteve paralisada por quase 6 (seis) meses porque ao Cartel do Cimento não convinha que a **Perus** voltasse a funcionar.

Sei que a fábrica está totalmente desativada, faz quase 5 (cinco) anos, que as máquinas têm sido vendidas como sucata e que vocês, num trabalho silencioso, conseguiram sensibilizar a nossa Prefeita e a secretária da Cultura para o tombamento da fábrica.

A idéia de transformar a velha fábrica num centro de cultura e recreação ganhou corpo nos últimos meses, sendo esperada para breve a concretização desse projeto que vocês acalentam há mais de 30 (trinta) anos.

A paciência de vocês, inspirada no Evangelho, está mostrando a toda a comunidade que o método da NÃO-VIOLÊNCIA ou FIRMEZA-PERMANENTE É CAPAZ DE "REMOVER MONTANHAS".

Anexos

O que é a não-violência

Gandhismo e não-violência

*Alceu Amoroso Lima**

Não se trata nem de um sistema filosófico individual, nem puramente hindu, nem puramente oriental, mas concordante com o mais puro pensamento oriental, de Aristóteles e Platão a Bergson e Theilhard de Chardin, através de São Paulo, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino e todo o pensamento cristão. Esse o fundamento da universalidade do gandhismo, que é também, como veremos, um dos princípios da sua concepção de vida e da sociedade humana.

(...)

O espiritualismo gandhista é de tipo essencialmente misto, no sentido agostiniano, isto é, contemplativo e ativo. E portanto essencialmente participante. Daí representar a atividade política um papel tão importante na concepção gandhista da vida. Sendo uma concepção eminentemente religiosa da vida, longe de se basear em uma separação rigorosa entre sagrado e profano, acentua a indivisibilidade substancial dos atos humanos, tanto na vida individual como social.

(...)

Gandhi via na não-violência algo que de longe transcendia aquele objetivo prático imediato da independência nacional (...) A não-violência é realmente uma filosofia de vida válida para qualquer povo, qualquer momento histórico, qualquer convicção religiosa, qualquer regime político. Essa universalidade só existe porque a não-violência é um conceito positivo e criador.

Extraído de Lima, Alceu Amoroso. Violência ou não? *Coleção Sinais do tempo nº 6, Petrópolis, Vozes, 1969, p.229-237.*

** Alceu Amoroso Lima é um dos maiores pensadores católicos brasileiros deste século. Autor de mais de 40 livros, escrevia em jornais com o pseudônimo Tristão de Athayde.*

Elementos de estratégia não-violenta

*Domingos Barbé**

Poderíamos, assim, sintetizar estes elementos de estratégia:

a) A força dos pequenos é seu grande número. O número dos pobres cresce constantemente.

b) A força dos pobres vem do lugar que ocupam na economia. Estão com as mãos sobre as ferramentas que produzem a riqueza. Se os pobres deixarem de manobrar a enxada ou de apertar o botão das máquinas, o país inteiro pára, seja qual for o poderio bélico dos ricos.

c) A fraqueza dos pobres vem da desunião e da desorganização.

Aí cabe a proposta da não-violência ativa. Como unir os pobres e fazer vacilar os adversários? Pela pureza de nosso combate. Digo pureza, pois esta é a verdade desprezada por muitos que lutam pela justiça. Sim, os homens se unem muito mais, com muito mais força e firmeza, em volta do justo perseguido e desarmado, do que em volta do chefe de guerra, ainda que essa guerra seja justa e esse chefe razoavelmente humano. A causa do justo perseguido nunca perece, porque mexe com a consciência de milhões, mas desde que se torne visível, pública, organizada. O que não pode acontecer é essa causa ficar escondida. É o medo que a esconde. Uma luta que não se declara pública e corajosamente não faz trabalho algum, pois a verdade escondida é inoperante. Não se coloca uma lâmpada debaixo da mesa, disse Jesus (Mt 5,15).

O Marechal Smuts, grande inimigo de Gandhi, na África do Sul, escreveu: "Gandhi nunca esqueceu o fundo humano da situação, nunca sucumbiu ao ódio... Devo admitir, francamente, que as suas atividades me impunham séria provação. Gandhi fez uso de uma nova técnica... O seu método consiste em infringir deliberadamente a lei e em organizar os seus seguidores num movimento de multidões".

** Domingos Barbé, padre operário francês, que veio para o Brasil na década de 60. Trabalhou como operário em Osasco, onde perdeu os dedos em um acidente de trabalho. Autor de vários livros. Co-fundador do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência. Faleceu em 1987, na França.*

Princípios para a ação não-violenta

A não-violência ativa supõe:

a) um treino político permanente: uma análise constante da situação política, econômica e repressiva para descobrir a réplica adequada;

b) a organização de uma força popular poderosa, a partir dos sentimentos mais nobres do homem;

c) um treino emocional permanente:
   - nunca matar;
   - jamais ferir;
   - sempre se unir;
   - sempre ficar atento;
   - não fugir (a não ser provisoriamente, taticamente);
   - não desanimar: agir com firmeza permanente;
   - saber arriscar a vida, superar o medo da morte;
   - não se esconder. A não-violência nunca pode ser clandestina; negar-se-ia a si mesma, pois toda a sua força vem da força da verdade;
   - guardar-se do ódio, orar pelos inimigos, amá-los. Purificação constante;
   - desobedecer às leis que querem destruir o povo e suas organizações. É a construção de um processo histórico que leva a um desfecho não-violento do conflito. Daí a necessidade de uma militância não-violenta, para criar as condições históricas para o surgimento desta forma de luta. Neste campo, mais do que em qualquer outro, o "espontaneísmo" não basta;

d) enfim, todo este esforço deve caminhar para uma desobediência civil maciça e organizada, se não houver outro recurso.

Extraído de: A não-violência ativa: aspectos teológicos, org. Domingos Barbé. São Paulo, Edições Paulinas, 1982, p. 43-45

Definição de não-violência

*Giuliano Pontara**

O termo Não-violência pode ser usado em duas acepções bastante diversas que convém distinguir claramente. No primeiro sentido, ele designa só um modo de agir, ou seja, um conjunto de métodos ou técnicas de luta. No segundo, ao invés, designa uma "doutrina" ou, de qualquer modo, um conjunto de idéias, conceitos, teses, teorias e propostas de estratégia política que pretende apresentar-se como tal. No primeiro caso, o termo Não-violência pertence à mesma classe do termo "violência" e a definição de um envolve a definição do outro. No segundo caso, pelo contrário, o termo Não-violência pertence à mesma classe a que pertencem termos como "marxismo", "anarquismo", "liberalismo", e dar uma definição dele é esboçar uma particular concepção ético-política. No primeiro caso será oportuno falar de Não-violência pragmática e negativa, no segundo, de Não-violência doutrinal e positiva. Em ambos os casos, a Não-violência se distingue do pacifismo, entendido como uma posição ética que rejeita a guerra, e, mais em geral, a violência física, na condução e solução dos conflitos, sobretudo dos conflitos de grupo. Entendida como doutrina, a Não-violência, na realidade, não é só uma posição ética, enquanto que, entendida como maneira de agir, não o é de modo algum, mesmo que, naturalmente, possa ser escolhida por razões éticas.

Extraído de Dicionário de política, org. Norberto Bobbio, p. 814

** Giuliano Pontara, cientista político italiano, é autor de vários livros e artigos.*

Não-violência ativa e injustiça

*Jean e Hildegard Goss**

Quando empregamos o termo "não-violência", utilizamos uma palavra que só diz "não" à violência, mas não expressa a força construtiva deste conceito. Não-violência é a tradução da palavra *a-himsa*, que Gandhi utilizou e que quer dizer lutar, comprometer-se com a justiça sem *himsa*, isto é, sem uma força destruidora do adversário, sem violências. No entanto, se rechaçamos a violência como meio de luta, temos de substituí-la por outra força. Para Gandhi, esta outra força é *satyagraha*, a força da verdade, a força da alma. Nós, cristãos, podemos acrescentar: força da justiça, força do amor. Infelizmente, esta força positiva não está expressa na palavra "não-violência". Mas, se dizemos não-violência, devemos sempre unir *a-himsa* e *satyagraha*.

Na não-violência ativa temos uma perspectiva totalmente diferente da contraviolência. Rechaçamos categoricamente a passividade e, com a mesma firmeza, a violência como meio de luta. Nós a substituímos pela força da verdade, da justiça e do amor. A perspectiva da não-violência ativa é ver, analisar a injustiça em toda a sua amplitude; lutar para vencer esta injustiça e libertar não só as suas vítimas, mas também os que são responsáveis em primeira instância; isto é, vencer a injustiça, libertar o oprimido e o opressor.

Na luta pela contraviolência, identifica-se o adversário com a injustiça que cometeu e se chega até a matá-lo para vencer a injustiça. Na não-violência ativa, pelo contrário, separamos as pessoas ou os grupos dos males que cometem. Lutamos para vencer a injustiça, para fazer com que sua existência se torne impossível, recorrendo a estratégias de não-cooperação, mas ao mesmo tempo nos comprometemos a transformar as atitudes daqueles que são responsáveis. Os malfeitores se incluem no processo de libertação. Transformando assim o mal das consciências e criando novas atitudes, é possível uma verdadeira transformação da situação de injustiça e uma reconciliação.

(...)

A luta não-violenta se situa essencialmente no plano da consciência.

** Jean Goss, ferroviário francês, participou da 2ª Guerra Mundial, após a qual convertou-se à não-violência. Casou-se com Hildegard, socióloga austríaca, e juntos são autores de vários livros, tendo introduzido a não-violência na América Latina, na década de 60. Jean faleceu em 1991, mas Hildegard prossegue sua atuação na África e na Ásia.*

Uma fé profunda e irreversível na capacidade do ser humano para abrir sua consciência é a base de todo compromisso não-violento.

(...)

Os métodos não-violentos não são utilizados por razões pragmáticas e táticas, mas como conseqüência de uma atitude ética fundamental, baseada no respeito absoluto à pessoa humana, ou seja, a atitude fundamental, os meios de luta e o objetivo perseguido são inseparáveis.

No objetivo que se persegue estão implícitos os meios de ação. Se a filosofia não-violenta não implicasse o compromisso, deveria ser rechaçada como passividade cúmplice com a injustiça. Deve-se perceber claramente que métodos não-violentos sem bases morais podem degenerar rapidamente em simples meios de pressão, o que é uma nova forma sutil de violência, que não transforma nem ao grupo comprometido nem ao adversário, no sentido de uma maior justiça.

Extraído de Goss-Mayr, Jean e Hildegard. Evangelio y lucha por la paz. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1990.

Concepção de não-violência

Jean-Marie Muller *

A não-violência é ainda uma "idéia nova na Europa". Como tal, é freqüentemente percebida através de numerosos mal-entendidos e confusões que alteram seu verdadeiro significado. Quando nós ouvimos falar de não-violência, nossa primeira reação é, na maioria das vezes, de desconfiança e ceticismo. Essa se explica pelo fato de que somos herdeiros de tradições que deram um grande e belo lugar à violência, ao passo que não deram lugar nenhum à não-violência.

A palavra não-violência nos vem de Gandhi. Ela é tradução literal da palavra sânscrita *Ahimsa* (*a*: negação e *himsa*: dano, violência). Foi muito afirmado que essa palavra era mal-escolhida, e que continha, em si mesma, numerosas ambigüidades(1). Ela tem, entretanto, a vantagem de nos obrigar a encarar as numerosas ambigüidades da violência, quando somos sempre tentados a ocultá-las, para melhor nos acomodarmos com elas.

É necessário que nós tomemos consciência do formidável condicionamento que pesa sobre nós, há séculos, e que nos faz pensar que a violência é não somente necessária, como também legítima. Mas ainda, que ela é honorável. Na maioria das vezes, quer pertença à lenda ou à história, o herói apresentado à nossa admiração é violento, de alguma maneira. Se a violência fosse realmente a virtude do homem forte, que se bate para fazer prevalecer a justiça e defender a liberdade, então a não-violência não poderia ser mais do que a fraqueza daquele que não tem coragem de ser violento.

Não é possível extrair o significado da não-violência sem antes ter precisado o significado da violência. Para isso, nós temos de distinguir aquilo que habitualmente confundimos, isto é: o conflito, a agressividade, a força e a violência propriamente dita. A violência é um processo de homicídio, que perverte radicalmente toda relação com o outro. O despertar para a não-violência se faz através do tomar consciência da violência como uma realidade totalmente contrária às exigências da razão. É, com efeito, a nossa experiência da violência no mundo que nos faz descobrir o anseio por não-violência que trazemos dentro de nós. É certo que esse anseio do espírito humano está em nós antes mesmo que nós encontremos a violência, e é ele que nos revela

** Jean Marie Muller é professor, co-responsável pela edição dos cadernos Alternatives Non Violentes. Autor de vários livros e artigos enfocando a não-violência.*

a desumanidade desta última. Mas é quando nos chocamos com a violência que nos tornamos conscientes de sua irracionalidade. O julgamento ético, ao identificar a violência como a negação do espírito humano, opõe-lhe um não categórico, e lhe recusa toda legitimidade. É essa recusa que fundamenta o conceito de não-violência.

Assim, a não-violência pertence à ordem filosófica e, em conseqüência, à ordem política. Uma filosofia que se acomoda com a violência nega-se como filosofia. O mesmo acontece com a política. A falência das ideologias dominantes está precisamente em ter legitimado a violência, em tê-la conciliado com os ideais de nossa cultura. No momento em que a violência é declarada legítima, ela se torna um direito para o homem: este poderá tomar esse direito por pretexto para a ele recorrer cada vez que conclua que a defesa de seus interesses assim lhe ordena. Quando a ideologia legitima a violência, os homens correm o risco de habituar-se à prática da violência, perdendo pouco a pouco a consciência de que ela contradiz radicalmente as aspirações mais profundas da humanidade. Dizer não à violência, ao afirmar a exigência ética da não-violência, é recusarmo-nos a reconhecer a legitimidade que a violência solicita de nós com o fim de tornar-se dona de nosso destino.

Porque a exigência ética da não-violência deve tornar-se um dos fundamentos da filosofia política que inspira nossa ação no mundo, ela nos exige que procuremos os meios de uma estratégia que nos permita assumir os inevitáveis conflitos que dividem e opõem os homens e os povos. Procurando a eficácia política por outros métodos que não os oferecidos pela violência, a estratégia da ação não-violenta pretende reconciliar a "moral de convicção" e a "moral de responsabilidade".

Nota

(1) Gandhi preferia utilizar a palavra *satyagraha* (de *satya*: verdade e *agraha*: afeição, amor), que ele mesmo tinha forjado para exprimir positivamente seu ideal. Ele explicava: "Etimologicamente a palavra significa: apegar-se à verdade, donde Força da Verdade". Mas tal expressão é, em si mesma, bastante ambígua. A verdade só pode ter uma força de persuasão; ora, na ação política, quando se trata de lutar contra as violências estruturais da desordem social, não basta recorrer a uma força de persuasão. A ação não-violenta deve então poder pôr em prática uma verdadeira força de coação, que obrigue os poderes estabelecidos a ceder. Essa força de coação não poderia ser definida como "força da verdade".

Extraído de Muller, Jean-Marie. Vocabulário da não-violência, tradução Ana Lúcia de Jesus. S.Paulo, Loyola, 1991, p.64-66.

Não-violência, covardia, amor e democracia

*Mahatma Gandhi**

A não-violência e a covardia não combinam. Posso imaginar um homem armado até os dentes que no fundo é um covarde. A posse de armas insinua um elemento de medo, se não mesmo de covardia. Mas a verdadeira não-violência é uma impossibilidade sem a posse de um destemor inflexível.

A não-violência nunca deve ser usada como um escudo para a covardia. É uma arma para os bravos.

(...)

A não-violência não existe somente se amamos aquele que nos amam. Só há não-violência quando amamos aqueles que nos odeiam. Sei como é difícil assumir essa grande lei do amor. Mas todas as coisas grandes e boas não são difíceis de realizar?

O teste maior da não-violência está no fato de não ficar qualquer rancor depois de um conflito não-violento, com os inimigos se convertendo em amigos.

(...)

A desobediência civil é o direito intrínseco de um cidadão.

Ele não pode renunciar a esse direito sem deixar de ser um homem. A desobediência civil nunca é acompanhada pela anarquia. A desobediência criminosa pode levar à anarquia. Todos os Estados reprimem a desobediência criminosa pela força. Um Estado perece, se assim não agir. Mas reprimir a desobediência civil é tentar aprisionar a consciência.

(...)

O meu conceito de democracia consiste em que, num regime democrático, os mais fracos tenham as mesmas ocasiões dos mais

** Mahatma Gandhi, nascido na Índia em 1869, de uma família de classe média, estudou direito na Inglaterra. Trabalhando na África do Sul, ao tomar contato com a discriminação racial, começou a defender os direitos humanos, nascendo daí a estratégia da não-violência, um novo modo de pensar e de fazer política. Dele disse Einstein: "Chamam-me de sábio. Eu sou um cientista que ensinou, sem querer, a destruir. Sábio é Gandhi, que ensinou a amar. "*

fortes. Isto se dará só por meio da não-violência.

(...)

Creio que a verdadeira democracia pode surgir somente da não-violência. Só é possível erguer as estruturas de uma federação mundial colocando-as sobre os alicerces da não-violência. Nas relações mundiais deve-se renunciar à violência.

(...)

A democracia e a violência juntas não se dão. As nações que hoje são democráticas de nome, ou se tornam abertamente totalitárias ou, se querem ser democráticas de verdade, devem corajosamente tornar-se não-violentas. É blasfêmia dizer que a não-violência pode ser praticada só pelos indivíduos e nunca pelas nações, que são compostas de indivíduos.

Trechos extraídos de O pensamento vivo de Gandhi, (Martin Claret Editores, 1983) e As palavras de Gandhi, org. Richard Attenborough (Record, 1983).

Raízes da não-violência no Brasil, na faixa sindical *

Mário Carvalho de Jesus

1. O grupo responsável pela fundação da Frente Nacional do Trabalho, associação civil criada em 1960, iniciou a sua ação aproximadamente 18 anos antes, pois o trabalho começou na Ação Católica(1) nos ramos da JOC e JUC(2), ao redor de 1942.

2. Os militantes da JUC, uma vez formados, continuam o contato com os militantes da JOC. O Movimento de Economia e Humanismo do Pe. Lebret influenciou todo o grupo e muitos padres assistentes da Ação Católica.

Através da assistência jurídica aos trabalhadores, fomos descobrindo que esse serviço pode ser encarado de duas formas:

a) limitar-se a resolver a questão jurídica, e manter tudo como está;

b) aproveitar-se do problema jurídico para um processo de conscientização a respeito da dignidade do homem e das estruturas que nos oprimem.

3. De 1955 a 1960, o grupo responsável pela fundação da Frente participou de vários movimentos coletivos, entre os quais as greves na Rhodia e na Tecelagem Santo André; na **Perus**, em 1958; na Usina Miranda, em 1959.

4. O sucesso daquele trabalho, inspirado no Evangelho e nos princípios de Economia e Humanismo (o livro *Princípios para Ação*, do Pe. Lebret, era manual obrigatório do militante), deu origem a uma inquietação no meio sindical, a ponto de o responsável pela seção trabalhista da *Última Hora* ter lançado um tablóide especial sobre o nosso trabalho, sob o título "Nasce uma Nova Liderança" (1958).

5. Éramos decididamente pacificadores e firmes nas atitudes. Assim, quando Jean e Hildegard Goss, do Movimento Internacional de Reconciliação, nos visitaram, em 1962, fácil foi para eles identificar, na greve em que estávamos mergulhados na **Perus**, os princípios da não-violência.

6. Nós não entendemos bem por que "não-violência" nos parecia uma expressão pobre para uma atitude que exigia muita coragem. Foi então que Jean Goss acrescentou a palavra "ativa": "não-violência-ativa".

** Publicado originalmente em 1977 no livro* A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente, *co-edição Loyola-Vega (2 edições).*

Atualmente, desde 1973, vimos usando a expressão: "firmeza-permanente" para identificar a não-violência.

7. Depois da fundação da Frente, em maio de 1960, a nossa ação se estendeu para outras fábricas: Cia. Melhoramentos de Papel, em Caieiras, a 35 km de São Paulo, com quase 2.000 empregados. Tivemos lá duas greves bem-sucedidas e obtivemos o primeiro contrato coletivo do trabalho em uma empresa privada. Participamos da greve da fábrica de biscoitos Aymoré, em 1960, durante 156 dias, com a vitória parcial dos trabalhadores. Conseguimos o salário-família em três empresas, antes que essa verba fosse transformada em lei: na Perus, na CICA e na Melhoramentos. Em 1968/69 demos assistência a 80 famílias em Santa Fé do Sul, a 600 km de São Paulo, levando o INCRA a vender terra para os trabalhadores.

Avaliação

1. A não-violência é feita em âmbito limitado e fica numa espécie de artesanato, girando em torno de uma ação pela justiça tendo como centro um caso concreto. Corre o risco, ainda que resolvido o caso, de o grupo "se instalar", voltando à linha passiva.

2. A principal crítica que se faz à não-violência ou firmeza-permanente está na limitação, nos pequenos casos que consegue resolver, mas sem qualquer repercussão na estrutura global.

3. Reconhecemos o fato. Naturalmente é porque a porcentagem dos que usam a não-violência é de ...000,1% no máximo. Muitos pensam que são não-violentos, pacificadores, segundo o Evangelho, mas a sua "prudência" os empurra para a linha conservadora ou passiva.

4. Para evitar os inconvenientes acima, e para sair do artesanato, precisamos da assessoria de especialistas: educadores, sociólogos, psicólogos, teólogos, economistas, advogados, jornalistas, para a elaboração de projeto político.

5. O trabalho é lento, porque a conscientização que revela a dignidade da pessoa humana, agente da História, não se faz às pressas.

6. Historicamente a não-violência renasceu com Gandhi[3], que se valeu dela para conseguir a independência da Índia; nos Estados Unidos o objetivo da não-violência era combater a discriminação racial, tendo Luther King como mártir; no Brasil, na América Latina, o objetivo inicial é pedir a aplicação das leis que estão em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. É preciso conhecer as leis que estruturam a sociedade. Examinar as conseqüências da sua aplicação ou não aplicação.

Essa tarefa exige assessores competentes para examinarem, com o próprio povo, nas suas bases (especialmente com as comunidades de base), as leis que temos. Estas poderão ser modificadas, aperfeiçoadas ou suprimidas, conquistadas e não vindas de cima para baixo, outorgadas.

7. A eficácia da não-violência ativa, ou firmeza-permanente, é um teste para todo o cristianismo, todas as Igrejas, todas as religiões, todos os homens de boa vontade, ainda que não pratiquem religião, mas que creiam na dignidade do homem. O desafio está lançado em todo o mundo:

Ou os homens se entendem na realização da Justiça, ou a violência novamente será grande mestra na História.

Adendo

O texto acima foi redigido em 1977, mas antes deve ser registrada a criação dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, o primeiro deles em Osasco, com o grupo de Domingos Barbé e advogados e trabalhadores da Frente Nacional do Trabalho. A idéia nasceu em 1975, quando o Cardeal Arns comunicou em primeira mão a morte do jornalista Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, a cerca de 40 participantes de um encontro nacional do grupo que iria fundar, em 1978, o Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência. Manuel da Conceição, exilado, preso político, participou do encontro de 1975, e logo em seguida foi novamente preso, quando se encontrava na casa do Domingos Barbé em Osasco. (Pormenores no livro *A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente*). Hoje existem mais de 200 Centros de Defesa dos Direitos Humanos no país, mas poucos têm raízes na não-violência. Com a abertura democrática, a maioria corre o risco de cair na rotina burocrática.

Em abril de 1978, foi criado o Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência, de natureza ecumênica, com o fim de desenvolver o método que alcançou a independência da Índia em 1947.

Em dezembro de 1980, Adolfo Pérez Esquivel recebeu o prêmio Nobel da Paz. Em seguida cria-se em cada país da América Latina o SERPAJ – Serviço Paz e Justiça, também de natureza ecumênica.

Dez princípios e distinções *

Folgamos aqui em apresentar uma declaração assinada pelo Presidente da Frente Nacional do Trabalho, Dr. Mário Carvalho de Jesus.

Homem que soube renunciar aos próprios privilégios e viver da sorte comum dos trabalhadores fraudulentamente dispensados em Perus - S. Paulo. Homem que jamais nutriu ódio nem mesmo reservas contra ninguém. Esta sua declaração nasceu das mais profundas convicções, foi consolidada pela experiência e selada por uma dedicação quase sem limites. É todo um programa, nascido no Brasil para o Brasil. Ei-la:

"As experiências que temos vivido nos últimos anos, no exercício da não-violência ativa, sobretudo junto a operários da cidade e do campo, nos permitem alinhar as seguintes observações a respeito do comportamento de pessoas violentas, dos grupos conservadores e dos poucos que começam a praticar a ação não-violenta pela justiça:

1. A atitude violenta, mesmo que seja apenas verbal, impressiona à primeira vista, porque atende ao impulso de agressividade predominante e superficial na maioria dos homens,sejam operários, intelectuais ou religiosos. Essa atitude agrada principalmente à mocidade, o que é plenamente explicável.

2. Assim, numa primeira etapa, os não-violentos e os conservadores ficam num segundo plano e suas atitudes podem se confundir diante do desprevenido observador.

3. Aos poucos, no entanto, os fatos vão demonstrando que a palavra dos violentos não apresenta o resultado anunciado ou esperado: os não-violentos, firmes na defesa da Verdade para alcançar a Justiça, vão pacientemente demonstrando que o caminho a ser percorrido é longo; os conservadores, sempre cautelosos, agindo ou deixando de agir em nome da prudência, vão se isolando e a sua única força está em bafejar o Poder. O primeiro objetivo do conservador é combater o comunismo, e não lutar pela Justiça.

4. A violência, por natureza, exige a ação clandestina de uns poucos; a ação não-violenta pela Justiça jamais trabalha na clandestinidade; os conservadores também fazem as suas reuniões secretas.

5. A violência impede, geralmente, a participação da família no processo social transformador; a ação não-violenta, ao contrário, engaja toda a família na conscientização e no exercício prático da transformação pessoal e social; a liderança conservadora freqüentemente se limita a

** Originalmente publicado no livro de Dom Paulo Evaristo Arns: A guerra acabará se você quiser. São Paulo, Edições Paulinas, 1970, p. 91-94*

fazer alguns pronunciamentos escritos em que pode até protestar, mas a sua atitude jamais obrigará a Autoridade a rever a sua posição. Os conservadores sabem sobretudo aplaudir ou se omitir.

6. O violento está pronto a ameaçar, a destruir, e mesmo a corromper; o não-violento está disposto a sacrificar-se até o martírio, valendo-se sempre de meios puros que nenhuma consciência normal poderá repelir; o não-violento aprende a pressionar para libertar, mas jamais calunia ou torce a Verdade. Os conservadores não se expõem, a pretexto de prudência e, muitas vezes, se valem também da corrupção.

7. A violência é impaciente. A não-violência sabe esperar e respeitar as etapas. Os conservadores sabem contemporizar ou mudar quando lhes convêm. A violência destoa da natureza humana. A atitude conservadora corrompe a natureza do homem; seu fermento é a hipocrisia.

8. A violência nasce do impulso da agressividade, da raiva, do ódio; a ação não-violenta pela Justiça é resultante do predomínio da razão sobre o instinto, alimentado pela fé no Pai comum. O conservador usa a inteligência para a manutenção dos privilégios pessoais ou do grupo.

9. Tanto os violentos como os conservadores não se sentem irmãos de todos os homens. Podem fazer tal afirmação, mas o seu comportamento é contrário à fraternidade. Os não-violentos têm absoluto respeito pela pessoa humana e assim se sentem irmãos de todos os homens.

10. A violência pode, por exceção, encontrar apoio no Evangelho e na doutrina social cristã; os conservadores podem contar com a compreensão da mensagem evangélica, mas não permanentemente, na Lei de Cristo".

Notas

(1) Ação Católica: Pio XI e Pio XII incentivaram os católicos a ter mais influência sobre as estruturas sociais e políticas de seu tempo. A Ação Católica agrupa os católicos engajados na luta política e social (1920-1950).

(2) JOC, Juventude Operária Católica; JUC, Juventude Universitária Católica, ambas são ramos da Ação Católica.

(3) Em dezembro de 1990 foi feita uma pesquisa na USP para se saber quais os ídolos da mocidade. Foram lembrados John Lennon, Luther King, Einstein, Cristo e Gandhi. Este último, em primeiro lugar.
Evidentemente, Cristo foi muito mais que Gandhi, mas como seus representantes sacrificaram a mensagem pela alienação sofrida, os jovens se fixam em figuras mais recentes, com testemunhos irrefutáveis. Compreende-se o que Gandhi afirmava "Amo Cristo e seu Evangelho, mas não os cristãos".

A ação direta não-violenta

*Martin Luther King**

Há quatro princípios básicos em qualquer campanha não-violenta: compilação de fatos para determinar se existem injustiças; negociação; autocrítica; ação direta.

(...)

A ação direta não-violenta procura criar tensões e crises tais que a comunidade infensa à negociação seja forçada a enfrentar o problema. Procura, assim, dramatizar a questão impossível de ser ignorada. O fato de mencionar o elemento tensão, como parte do trabalho da resistência não-violenta, pode parecer um tanto chocante. Mas devo confessar que não temo a palavra "tensão". Tenho-me oposto severamente à tensão violenta; há, entretanto um tipo de tensão não-violenta, construtiva, que é necessária ao progresso. Da mesma maneira que Sócrates procurava criar um ambiente de tensão mental para que os indivíduos se libertassem do cativeiro do mito e das meias-verdades para o domínio desembaraçado da análise criadora e da avaliação objetiva, também nós vemos a necessidade de indivíduos irritantes para criarem na sociedade aquela espécie de tensão que ajudará o homem a se erguer das profundezas escuras do preconceito racista às alturas sublimes da compreensão e da fraternidade.

O objetivo do nosso programa de ação direta consiste em despertar uma situação crítica que seja capaz de conduzir, inevitavelmente, ao entendimento mútuo.

Extraído de King, Martin Luther. "Carta da prisão de Birmingham", in O Pensamento vivo de Martin L. King (org.Irineu Monteiro). São Paulo, Martin Claret Editores, 1988, p.12-16.

** Martin Luther King, pastor evangélico negro, líder das campanhas contra o racismo nos Estados Unidos, autor de vários livros e Prêmio Nobel da Paz em 1964. Foi assassinado em 1968.*

Escola dos "Queixadas"

1. *CORAGEM* para enfrentar o erro do patrão, do companheiro, ou o próprio erro. Cuidado para não agir sozinho.

2. *LEALDADE-HONESTIDADE*. Não buscar privilégios pessoais. Nunca enganar os companheiros. Ser fiel ao companheiro. Ser sempre o mesmo homem diante da verdade.

3. *JEITO*, isto é: usar a ferramenta da não-violência, que aperta, mas não mata; que diz que o patrão pode ser um ladrão, mas é um homem como você. Se você fosse o patrão, faria o mesmo no sistema capitalista. Ou pior.

4. *CONHECIMENTO*. O "Queixada" precisa se aprofundar no conhecimento, não só da profissão, como também no conhecimento das questões trabalhistas, da política, para mudarmos o sistema que aprisiona os brasileiros.

5. *A UNIÃO* aparecerá como conseqüência das exigências acima. Provaremos que, "unidos, conseguimos o que está na lei e até um pouco mais; unidos podemos mudar a lei; desunidos, não conseguimos nem o que está na lei. Unidos conseguiremos a partilha dos bens e a rotatividade no poder". Teremos uma nova sociedade.

Só a Verdade nos leva à Justiça, capaz de libertar o homem todo e todos os homens.

*Publicado originalmente em 1985, no livro "*A máfia do cimento*" - Edições Loyola.*

Bibliografia básica

01 – "O Queixada". Suplemento revista Mundo Melhor. SP, 1958

02 – "A Primazia do Trabalho sobre o Capital". FNT, SP, 1961

03 – Processo Judicial nº 1752/62.1ª J.C.J. SP, 20 volumes.

04 – Organograma Grupo J.J.Abdalla. SP, 1964

05 – "A Greve da Perus nos Tribunais". SP, 1967

06 – "O Caso da Perus e a Liberdade Sindical no Brasil". SP, 1974

07 – "A Força da Não-Violência – A Firmeza Permanente". Loyola, SP, 1977.

08 – Frente Nacional do Trabalho. Cadernos de Formação, Série Debates, SP, 1979.

09 – "A Firmeza Permanente". Separata, SP, 1979

10 – Frente Nacional do Trabalho. Cadernos de Formação. Série Debates, s/d, SP. Série 20 anos de luta, coordenação de Ana Lúcia de Jesus.

11 – "Perus – Os Queixadas resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar". SP, 1983.

12 – "Os Vigilantes Comunitários...". Cetesb, SP, 1983.

13 – "A Máfia do Cimento". Loyola, SP, 1985

14 – "Perus: A Violência dos Pacíficos – Uma Nova Arma para uma Velha Luta". Dissertação de Mestrado na PUC/SP. Prof.Adilson José Gonçalves. SP, 1989.

15 – "Relentless Persistence - Non-violent Action in Latin America". New York Society Publishers, 1991.

16 – Coleção de vídeos produzidos durante as greves.

Quem são os autores

Antonio Nobre ("Chorão")

Metalúrgico, participou das lutas do Sindicato dos "Queixadas", sempre na linha de frente.

É hoje diretor do Sindicato.

Cláudio Soares de Azevedo

Arquiteto, professor universitário, foi o autor do primeiro projeto do Centro Cultural em Perus, em 1971.

Há 30 anos assessora os "queixadas", solidariamente.

João Breno Pinto

Metalúrgico, ex-presidente do Sindicato dos "Queixadas", foi um dos fundadores da Frente Nacional do Trabalho-FNT e do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência.

É presidente da Associação dos Aposentados de Perus e foi reconduzido em 1992 à diretoria do Sindicato.

Mário Carvalho de Jesus

Advogado trabalhista obreiro, co-fundador da Frente Nacional do Trabalho, do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência e da "Jurislabor" de São Paulo Mediação e Arbitragem Trabalhista - Sociedade Cooperativa Limitada.

Assessorou os operários da Perus por mais de 30 anos.

Sidnei Fernandes Cruz

É o atual presidente do Sindicato dos "Queixadas".

É membro da direção estadual da CUT de São Paulo.